

Inês Isabel Mendes de Castro Coelho



**COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL EM CRIANÇAS DOS SEIS AOS ONZE  
ANOS: AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017



Inês Isabel Mendes de Castro Coelho



**COMPORTAMENTO ANTISOCIAL EM CRIANÇAS DOS SEIS AOS ONZE  
ANOS: AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017

Inês Isabel Mendes de Castro Coelho

**COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL EM CRIANÇAS DOS SEIS AOS ONZE  
ANOS: AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de  
Ciências Humanas e Sociais da Universidade  
Fernando Pessoa, como parte integrante dos  
requisitos para a obtenção do grau de Mestre em  
Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de  
Crime, sob orientação da Professora Doutora Sónia  
Caridade e da Professora Doutora Cristina Neves.

## Resumo

O comportamento antissocial na infância tem sido ao longo do tempo considerado potenciador do comportamento delinvente e criminal futuro. Em Portugal, o aumento de casos sinalizados às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, por comportamentos antissociais, tem sido exponencial. Não obstante os inúmeros trabalhos internacionais neste âmbito, a investigação científica nacional neste domínio afigura-se diminuta. Neste sentido, a presente dissertação, constituída por dois estudos empíricos, procurou incidir sobre os fatores de risco associados a esta temática, as diferenças entre sexos, recorrendo, para tal, a instrumentos identificados pela sua boa precisão e utilidade em termos da avaliação e intervenção.

O primeiro estudo procurou caracterizar os fatores de risco para a ocorrência do comportamento antissocial, procurando perceber se existem diferenças entre rapazes e raparigas, recorrendo aos instrumentos de avaliação – EARL-20B e EARL-21G. Para tal foram analisados 85 processos de promoção e proteção referentes a 65 rapazes e 20 raparigas com idades compreendidas entre os seis e os onze anos. Apuraram-se diferenças entre sexos, com a maior parte (52.3%) dos rapazes a apresentar um nível de risco elevado, ao contrário das raparigas, que maioritariamente (50%) apresentaram um nível moderado. Verificou-se que os rapazes apresentam maior pontuação nos fatores associados com a própria criança (e.g., hiperatividade). O segundo estudo procurou estudar as propriedades psicométricas do EARL-20B, tendo por base uma amostra de crianças portuguesas referenciadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Foram analisados 65 processos referentes a crianças do sexo masculino, com idades compreendidas entre os seis e os onze anos. Os resultados demonstraram que este instrumento atingiu uma boa consistência interna ( $\alpha = .82$ ), sendo que oferece fidedignas garantias relativamente à precisão da avaliação. Verificou-se

também que a pontuação total e a pontuação da subescala da família foram estatisticamente significativas para preverem a adoção de comportamentos antissociais.

De um modo geral, os resultados da presente dissertação apelaram à importância de precocemente se identificarem os fatores de risco para o comportamento delincente e criminal futuro, bem como a necessidade para a utilização de um suporte específico que auxilie os profissionais na gestão do risco de comportamentos antissociais.

**Palavras-chave:** Risco, Avaliação, Diferenças de sexo, EARL-20B.

## Abstract

The antisocial behavior in childhood has been considering an enhancer of future delinquent and criminal behavior. In Portugal, there has been an exponential increase on the number of antisocial children cases. However, the national scientific investigation, in this area, appears to be small, nevertheless there are a numerous international studies in this subject. Therefore, this thesis aimed to investigate on the risk factors of antisocial behaviors, the differences between boys and girls, using tools with good reliability and utility in both the assessment and the intervention. With this in mind, two empirical studies were made.

The first study analyzed the differences of risk factors and levels between boys and girls. Specifically, the characterization of the risk factors on boys and girls, using the assessment tools – EARL-20B and EARL-21G – analyzing 85 processes in which 65 referring to boys and 20 to girls, both with ages between six to eleven years old. The results demonstrated that there are differences between sexes, being that the boys presented a high risk level (52.3%), unlike girls that presented a moderate risk level (50%). Regarding risk factors, it was found that the boys had high scores in factors associated with the Child domain (e.g., hyperactivity). The second study intended to investigate the psychometrics proprieties of EARL-20B on a sample of Portuguese children that have been referenced to the Commission for the Protection children and youngsters, analyzing 65 processes referring to boys. The results demonstrated that this instrument has a good reliability, offering good guarantees in the assessment's precision. It was verified that the EARL-20B total and family item scores were statistically significant for the prevention of antisocial behaviors.

In general, the results of this thesis have appealed to the importance of the early identification of risk factors for future delinquent and criminal behavior, as well as the need to use a specific support that helps professionals in managing the risk of antisocial behavior.

**Keywords:** Risk, Assessment, Sex's differences, EARL-20B.

*“O melhor preditor do comportamento futuro é o comportamento passado”* (Loeber, Farrington & Petechuk, 2004, p.117)

## Agradecimentos

Em primeiro lugar não poderia deixar de agradecer às pessoas que me foram essenciais e que me ajudaram no decorrer deste percurso académico, que contribuíram para o meu desenvolvimento a nível profissional e pessoal e para o sucesso deste trabalho.

Deste modo, gostaria em primeiro lugar de agradecer às minhas orientadoras, Professora Sónia Caridade e Professora Cristina Soeiro pela ajuda e disponibilidade na concretização desta tese. Um especial agradecimento à minha terceira orientadora, Professora Cristina Neves, pela disponibilidade, ajuda e essencialmente pelas oportunidades profissionais fornecidas.

Um agradecimento especial a toda a equipa da CPCJB, nomeadamente ao Dr. Carlos Duarte e à Dra. Rita Carvalho, por toda a disponibilidade e passagem de conhecimento.

Gostaria de agradecer à Professora Leena Augimeri e a toda sua equipa do *Child Development Institute* do Canadá, pois sem toda a sua ajuda e prontidão este estudo não teria sido realizado.

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado durante este percurso e contribuíram também para o sucesso do mesmo, pois são eles a minha “lufada de ar fresco” e contribuíram para a não existência de *burnout*.

Para finalizar, gostaria também de agradecer às quatro pessoas mais importantes da minha vida. Agradeço a ti meu pai, pelas conversas chatas e duradouras, mas que tanto contribuíram para me tornar na pessoa que sou hoje. Agradeço a ti minha mãe, por todo o apoio e por acreditares sempre no sucesso deste trabalho e no profissionalismo da tua filha. Agradeço a ti minha irmã, pela confiança depositada em mim e por me transmitires essa força inalcançável. E por último, e não menos importante, quero agradecer a ti Digas, por todo o amor e por toda a tranquilidade que transmites. Mesmo estando focada somente nisto e por vezes me esquecer de ti, tu sempre estiveste para me amparar. Um Amo-te não chega!

## Índice

### Lista de acrónimos

Introdução Geral .....	1
Artigo Empírico 1 .....	3
Artigo Empírico 2 .....	42
Conclusão Geral.....	81
Referências.....	83
Anexos .....	85
Anexo A.....	86

## **Anexos**

### **Anexo A**

- Protocolo de investigação

## **Lista de Acrónimos**

- GNR – *Guarda Nacional Republicana*
- CPCJ's – *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*
- EARL-20B – *Early Assessment Risk List for Boys*
- EARL-21G – *Early Assessment Risk List for Girls*
- PPP – *Processo de Promoção e Proteção*
- SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
- SPJ – *Juízo Profissional Estruturado*

## Introdução Geral

Este trabalho de investigação recai sobre a avaliação de fatores de risco para o comportamento criminal futuro em crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos. Nos últimos anos, têm sido efetuadas diversas investigações, sobretudo no contexto internacional, acerca do início precoce de comportamentos antissociais e a sua contribuição para o risco de criminalidade futura. Deste modo, Enebrink e colaboradores (2006) referem que crianças que precocemente apresentam comportamentos antissociais têm maiores probabilidades de desenvolverem um estilo de vida delinvente e criminal, na adolescência e idade adulta (Enebrink, Langstrom, Hultén, & Gumpert, 2006). De acordo com a literatura da especialidade (e.g., Augimeri, Walsh, Woods, & Jiang, 2012) jovens e/ou adultos que estão em contacto com o Sistema de Justiça, começaram por apresentar problemas de comportamento menos graves aos seis anos, aumentando a gravidade dos mesmos ao longo do seu desenvolvimento. Para além do enfoque dado à faixa etária, também é essencial identificar os fatores de risco associados a cada sexo. Por este motivo, tem vindo a ser crucial o aumento de estudos sobre esta temática e essencialmente o desenvolvimento de instrumentos capazes de identificar fatores de risco em idades precoces, a fim de identificar as crianças que poderão continuar a adotar comportamentos antissociais. Deste modo, foram desenvolvidos dois instrumentos – o *Early Assessment Risk List for Boys* (EARL-20B) e o *Early Assessment Risk List for Girls* (EARL-21G) - com o objetivo de avaliar crianças entre os seis e os onze anos de idade em risco de se envolverem em comportamentos criminais no futuro (Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michel, & Augimeri, 2000; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Koegl, & Webster, 2001). Para além da avaliação, estes instrumentos foram desenvolvidos a fim de auxiliarem os profissionais no planeamento e gestão do risco (Guy, 2008).

Em Portugal, não existe nenhum suporte específico que identifique fatores de risco numa faixa etária tão precoce, o que poderá ajudar a compreender o menor investimento científico neste âmbito.

A presente dissertação encontra-se estruturada em formato de artigos científicos. De forma mais específica, inicia-se com um resumo e introdução geral, seguindo-se dois artigos científicos, tendo como intuito compreender a utilização dos instrumentos supracitados, bem como perceber as diferenças relativas aos fatores de risco entre rapazes e raparigas no contexto português. O primeiro estudo empírico teve como principal objetivo caracterizar os fatores de risco para a ocorrência do comportamento antissocial, procurando perceber se existem diferenças entre rapazes e raparigas. De forma mais específica, procurou-se analisar a frequência dos fatores e níveis de risco das crianças sinalizadas por comportamentos antissociais; verificar se existia associação entre o sexo e os fatores e níveis de risco; verificar se existia associação entre a idade e os fatores e níveis de risco e, por último, verificar se existia associação entre o motivo de sinalização e os fatores e níveis de risco. O segundo estudo teve como finalidade primordial estudar as propriedades psicométricas do instrumento EARL-20B, numa amostra de crianças portuguesas referenciadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Por último, o presente trabalho termina com uma conclusão geral, onde foram abordados os principais subtemas inerentes a este fenómeno, tendo-se salientado pistas para investigações futuras e contributos para a prática.

**Artigo Empírico 1**

**Avaliação de risco do comportamento antissocial em crianças dos seis aos onze anos:**

**Comparação entre rapazes e raparigas**

**Avaliação de risco do comportamento antissocial em crianças dos seis aos onze anos:  
Comparação entre rapazes e raparigas**

Inês C. Coelho, [35653@ufp.edu.pt](mailto:35653@ufp.edu.pt); Cristina P. Neves, [crisninanvs@gmail.com](mailto:crisninanvs@gmail.com) & Sónia

M. Caridade, [soniac@ufp.edu.pt](mailto:soniac@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

**Resumo**

Reconhecendo a importância da avaliação de risco de comportamentos antissociais em crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos, devidamente documentada na literatura da especialidade, com este estudo pretende-se caracterizar os fatores de risco para a ocorrência do comportamento antissocial nesta faixa etária, procurando perceber se existem diferenças entre rapazes e raparigas. A amostra final do estudo foi constituída por 85 processos de promoção e proteção referentes a 65 rapazes e 20 raparigas, com idades compreendidas entre os seis e os onze anos ( $M = 9.36$ ;  $DP = 1.72$ ). Tendo por base uma metodologia retrospectiva, a recolha de dados foi realizada com recurso à versão portuguesa dos instrumentos de avaliação de risco *Early Assessment Risk List for Boys* (EARL-20B) e o *Early Assessment Risk List for Girls* (EARL-21G). Apuraram-se diferenças entre sexos, com a maior parte (52.3%) dos rapazes a apresentar um nível de risco elevado, ao contrário das raparigas, que maioritariamente (50%) apresentaram um nível moderado. Verificou-se que os rapazes apresentaram maior pontuação nos fatores associados com a própria criança (e.g., hiperatividade). Embora seja necessária a realização de mais estudos sobre a temática, esta investigação permitiu explorar as diferenças ao nível do comportamento antissocial entre rapazes e raparigas, e respetivos fatores de risco. O recurso a instrumentos estruturados na avaliação de risco poderá contribuir para uma gestão mais eficiente dos processos de promoção e proteção quando está em causa este tipo de problemática nesta faixa etária.

**Palavras-chave:** Avaliação do risco, Comportamento antissocial, EARL-20B, EARL-21G.

### **Abstract**

Recognizing the importance of future antisocial behavior risk assessment in children between 6 and 11 years, especially documented in specialty literature, with this study it is intended to characterize the risk factors for the occurrence of antisocial behavior, trying to understand if there are any differences between boys and girls. The final sample of the study was constituted by 85 files of promotion and protection referring to 65 boys and 20 girls with ages between 6 and 11 years ( $M = 9.36$ ;  $DP = 1.72$ ). Using a retrospective methodology, the data collection was realized with Portuguese version of the risk assessment instruments *Early Assessment Risk List for Boys* (EARL-20B) and *Early Assessment Risk List for Girls* (EARL-21G). The results demonstrated that there are differences between sexes, being that the boys presented a high risk level (52.3%), unlike girls that presented a moderate risk level (50%). Regarding risk factors, it was found that the boys had high scores in factors associated with the Child domain (e.g., hyperactivity). Although further studies on the theme are needed, this research has explored differences in antisocial behavior among boys and girls and their risk factors. The use of structured instruments to carry out the risk assessment may contribute to a more efficient management of the promotion and protection processes when this type of problem in this age group is involved.

**Keywords:** Risk assessment, Antisocial behavior, EARL-20B, EARL-21G.

### **Introdução**

Nas últimas duas décadas tem-se vindo a registar uma maior preocupação por parte da comunidade científica em procurar identificar os fatores de risco individuais e contextuais em crianças e jovens com um elevado risco de se envolverem em atos criminais no futuro (Ruiter & Augimeri, 2012). A adoção de comportamentos antissociais na infância acarreta elevados

custos para a sociedade e para o desenvolvimento do indivíduo, podendo alargar-se a terceiros (Rennie & Dolan, 2010). Deste modo, este fenómeno pode ser definido como a adoção de condutas que causam danos às próprias crianças/jovens (e.g., ingestão de bebidas alcoólicas), aos indivíduos que estabelecem uma relação de proximidade com estas (e.g., incumprimento de regras) e, por último à sociedade (e.g., destruição de propriedade alheia) (Frizzo, Pedrini, Souza, Bandeira, & Borsa, 2014). Moffitt (1993) refere que os indivíduos podem apresentar um comportamento antissocial temporário ou persistente, sendo que o primeiro é comum na população em geral e o segundo corresponde a uma pequena amostra de jovens rapazes, cujos problemas de comportamento são de elevada gravidade. Tendo por base estas duas categorias, a autora propõe dois grupos que ajudarão a explicar o desenvolvimento do comportamento criminal – os persistentes ao longo da vida e os limitados à adolescência. O primeiro grupo corresponde às crianças que desenvolvem problemas de comportamento numa idade precoce (i.e., aos quatro anos) e que prolongam este tipo de conduta até à vida adulta. Como supracitado, os indivíduos que constituem este grupo começaram a apresentar problemas de comportamentos aos quatro anos, sendo que os mesmos vão aumentando em termos de gravidade ao longo do percurso de vida. Por outro lado, o segundo grupo corresponde a jovens que adotam comportamentos antissociais a partir da adolescência, existindo uma desistência aquando do início da vida adulta. A explicação subjacente para o desenvolvimento deste comportamento é que existe uma falha ao nível da maturidade social e biológica e o mesmo é aprendido através da observação (Moffitt, 1993). Loeber e colaboradores (2003), por sua vez, defendem que uma criança tende a apresentar problemas de comportamento menos graves aos sete anos, os problemas de gravidade moderada surgem aos 9.5 anos, e por volta dos 14.5 tende a verificar-se o primeiro contacto com o sistema de justiça, motivado pela prática de ofensas mais gravosas (e.g., homicídio, roubo, entre outras) (Loeber, Farrington, & Petechuk, 2003). Tem sido, deste modo, sustentado que quanto mais

cedo as crianças apresentarem problemas de comportamento, mais elevado será o nível de risco (Losel & Beelmann, 2003), o que fundamenta desde logo a necessidade de uma avaliação e identificação precoce do grau de risco para o comportamento antissocial de forma a providenciar uma intervenção atempada e adequada. Para tal, é fundamental que os profissionais que atuam na área de infância e juventude devam possuir um largo conhecimento, no que respeita aos fatores de risco e de proteção associados ao comportamento antissocial (Andershed & Andershed, 2010; Andershed, Fredriksson, Engelholm, Ahlberg, Berggren, & Andershed, 2010). Por fatores de risco considera-se as características ou circunstâncias que estão associadas ao aumento da probabilidade do comportamento criminal e/ou violento futuro (e.g., baixo estatuto socioeconómico) (Farrington, 2000; Mosteiro, Gómez-Fraguela, Boo, Fernández, & Martín, 2016). Por sua vez, os fatores de proteção funcionam como um inibidor, diminuindo a probabilidade das crianças virem a envolver-se em comportamentos criminais no futuro (e.g. elevados níveis de supervisão por parte dos cuidadores) (Farrington, 2000; Ruitter & Augimeri, 2012; Sydney, 2004). Os fatores de risco poderão ser classificados em quatro grandes categorias: fatores individuais, familiares, sociais e fatores associados ao meio de residência (Catchpole & Gretton, 2003). Apesar da maioria destes fatores serem comuns à prática do comportamento antissocial por rapazes e raparigas, existem fatores de risco específicos para cada género (Augimeri, Walsh, Woods, & Jiang, 2012). No que concerne às raparigas, estas apresentam maior propensão para um superior número de institucionalizações; estabelecem relações com indivíduos de sexo oposto com idades muito superiores (Hipwell & Loeber, 2006); tendem a possuir fracos vínculos afetivos com a cuidadora; desenvolvem mais frequentemente perturbações alimentares; problemas depressivos (Magee & Roy, 2008) e problemas de internalização (e.g., comportamentos de isolamento) (Leve, Chamberlain, & Kim, 2015); manifestam um precoce comportamento sexual (Pepler, Walsh, Yuile, Levene, Jiang,

Vaughan, & Webber, 2010) e experienciaram algum tipo de negligência, maus-tratos ou abuso (Borum, 2000). Num estudo realizado com 2.451 crianças de sexo feminino concluiu-se que os fatores de risco associados ao comportamento antissocial na infância eram problemas de internalização, problemas depressivos, Perturbação de Stress Pós Traumático e comportamentos de auto-mutilação (Molen, Blokland, Hipwell, Vermeiren, Doreleijers, & Loeber, 2015). Kroneman et al. (2013) referiram que as raparigas que iniciam o seu período de menstruação precocemente apresentam mais problemas de comportamento, ao contrário das raparigas que iniciam este período mais tarde (Kroneman, Hipwell, Loeber, Koot, & Pardini, 2011). Por sua vez Bertrand e Pan (2011) demonstraram que crianças de sexo feminino, em idades pré escolares, apresentam maior taxa de comportamentos de internalização, comparativamente às crianças de sexo masculino. Quanto aos rapazes, estes parecem utilizar mais frequentemente a violência física como forma de resolução de problemas (Borum, 2000); tendem a apresentar um elevado número de problemas de externalização (Kristoffersen, Obel, & Smith, 2015) e maior comorbilidade com Défice de Atenção e Hiperatividade (Fazel, Doll, & Langstrom, 2008). Moffitt (1990 citado por Khanna, Shaw, Dolan, & Lennox, 2014) realizou um estudo com uma amostra de 435 rapazes e chegou à conclusão que os rapazes que manifestam comportamentos antissociais em comorbilidade com Défice de Atenção e Hiperatividade apresentam um maior risco de se envolverem em atos delinquentes na adolescência.

Tendo em conta as investigações realizadas, a fim de analisarem diferenças de sexo, Fagan et al. (2007) elaboraram um estudo com uma amostra de 3.986 raparigas e 3.843 rapazes com conduta antissocial, procurando analisar as diferenças de sexo ao nível dos fatores de risco e de proteção. Deste modo, demonstraram que o consumo de substâncias, a associação a pares desviantes e o baixo rendimento escolar estão fortemente relacionados com o elevado nível de risco para o comportamento criminal futuro nos rapazes. Por outro

lado, os conflitos familiares e a fraca vinculação com os cuidadores surgiram como importantes preditores do comportamento criminal feminino (Fagan, Horn, Hawkins, & Arthur, 2007). Em 2010, Whitney e colaboradores realizaram um estudo longitudinal prospetivo, que teve início em 1976 com uma amostra de 457 crianças (248 rapazes e 209 raparigas) e terminou em 1992 com uma amostra de 416 adolescentes (229 rapazes e 187 raparigas). Estes autores verificaram que a exposição à violência interparental constitui o principal fator de risco para o envolvimento masculino em comportamentos criminais no futuro e a experiénciação de abuso físico na infância no caso das raparigas (Whitney, Renner, & Herrenkohl, 2010).

A análise dos estudos conduzidos nesta área permite perceber que tem havido um maior investimento no estudo do comportamento antissocial masculino, sendo poucos os estudos que integram nas suas amostras raparigas. Segundo Fontaine et al. (2009) tal poderá ser explicado pelo facto de as raparigas apresentarem um comportamento antissocial menos gravoso para a sociedade (Fontaine, Carbonneau, Vitaro, Barker, & Tremblay, 2009). Não obstante, a verdade é que as ofensas cometidas por raparigas têm vindo a aumentar (Cottle, Lee, & Heilbrun, 2001) e isto por si só requer um maior investimento científico no estudo da conduta antissocial feminina. Nos Estados Unidos da América, entre 1997 e 2006, os níveis de agressão perpetrados por raparigas aumentaram aproximadamente 50% (Leve, Chamberlain & Kim, 2015). Porém, ainda existe muita dificuldade na realização destes estudos com amostras femininas, uma vez que estas são muito reduzidas (Molen, Hipwell, Vermeiren, & Loeber, 2011), o que acaba por influénciar negativamente a elaboração dos mesmos (Molen, et al., 2015).

O sistema de justiça tem vindo a apelar ao auxílio dos profissionais para a avaliação do risco de violência e/ou outros comportamentos antissociais (Viljoen, Cruise, Nicholls, Desmarais, & Webster, 2012), o que tem despoletado/acarretado progressos ao nível das

técnicas de avaliação neste domínio. Inicialmente, os profissionais, a fim de darem resposta aos Tribunais, recorriam a técnicas de avaliação mais actuariais e/ou clínicas. Todavia, e apesar da quantidade de instrumentos utilizados para a avaliação do risco, os mesmos não consideravam fatores de risco existentes (Borum, 2000). Antes de 1998 não existia nenhum instrumento que permitisse identificar domínios específicos do risco e que auxiliasse os profissionais na identificação das crianças que iriam continuar a manifestar no futuro um risco elevado de comportamentos antissociais (Augimeri, Enebrink, Walsh, & Jiang, 2010). Hart (2001 citado por Augimeri et al., 2011) referiu que seria necessário desenvolver um processo de avaliação do risco que obtivesse resultados sólidos, que complementasse intervenções a fim de gerir o nível de risco e, por último, que fosse de fácil compreensão relativamente aos fatores-chave e processos que são definidos e examinados (Augimeri, Walsh, Liddon, & Dassinger, 2011). Assim, e na tentativa de identificar fatores de risco e necessidades associados ao comportamento antissocial com vista a auxiliar, posteriormente, a construção de planos de gestão de risco adequados e eficazes, foram desenvolvidos pelo *Child Development Institute*, no Canadá, dois instrumentos – EARL-20B (*Early Assessment Risk List for Boys*) e EARL-21G (*Early Assessment Risk List for Girls*) - com o objetivo de auxiliar os profissionais a identificarem fatores de risco que contribuam para o desenvolvimento de comportamentos antissociais no futuro e a planearem, com maior precisão, intervenções de modo a reduzir o risco de tais problemas, tendo por base as necessidades identificadas (Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michel, & Augimeri, 2000; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Webster, & Koegl, 2001).

Em 1998, foi desenvolvida a primeira versão do EARL-20B, sendo que era apenas uma edição para consulta. Porém, após várias alterações Augimeri e colaboradores (2001 citados por Augimeri, Walsh, Enebrink, Jiang, Blackman, & Kanter, 2016) desenvolveram uma segunda versão, introduzindo melhorias. A fim de dar resposta às diferenças existentes entre

fatores de risco e necessidades entre os sexos, os mesmos autores, em 2001, desenvolveram um outro instrumento específico para as raparigas (Levene, et al., 2001). O EARL-20B e o EARL-21G foram criados, tendo por base uma outra ferramenta de avaliação do risco (i.e., *Historical Clinical Risk* – 20), sendo que foram também os primeiros instrumentos a serem desenvolvidos com o propósito de estudar e avaliar o nível de risco do comportamento antissocial em crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos (Augimeri, Koegl, Levene, & Webster, 2005). Estas ferramentas foram desenvolvidas com vista a aumentar o conhecimento dos profissionais e investigadores sobre os fatores de risco associados ao comportamento antissocial numa idade precoce; para auxiliar os profissionais a identificarem mais rápida e eficazmente os fatores de risco e assim conseguirem planear intervenções apropriadas para cada criança, de modo a melhorar os resultados clínicos e, por último, para melhorar a precisão da fiabilidade e validade acerca da probabilidade das crianças antissociais se envolverem mais tarde em comportamentos delinquentes e criminais (Augimeri, Pepler, Walsh, Jiang, & Dassinger, 2010). Augimeri et al. (2012) consideram que os EARL's constituem uma boa ferramenta, no que respeita à identificação de crianças em risco de se envolverem em condutas criminais no futuro e apresentam elevada utilidade clínica (Augimeri, Walsh, Woods, & Jiang, 2012). Augimeri e colaboradores (2001) aquando da construção do EARL-20B e do estudo sobre a sua fiabilidade, concluíram que todas as correlações realizadas (e.g. Correlações de Pearson para uma única medida foi de .79 e .82 e a média da medida foi de .93) foram estatisticamente significativas (i.e.,  $p < .01$ ) (Augimeri, et al., 2001). Relativamente à fiabilidade do EARL-21G, Levene e colaboradores (2004 citado por Augimeri et al., 2010) também obtiveram resultados aceitáveis, sendo que o *ICC* (*Intraclass Correlation Coefficients*) varia entre os .80 e os .92.

Reconhecendo a importância da avaliação de risco de comportamentos antissociais futuros em crianças com idades compreendidas entre os seis aos onze anos, devidamente

documentada na literatura da especialidade, com este estudo pretende-se caracterizar os fatores de risco para a ocorrência do comportamento antissocial, procurando perceber se existem diferenças entre rapazes e raparigas. De forma mais específica procurar-se-á: analisar a frequência dos fatores e níveis de risco das crianças sinalizadas por comportamentos antissociais; verificar se existe associação entre o sexo e os fatores e níveis de risco; verificar se existe associação entre a idade e os fatores e níveis de risco e, por último, verificar se existe associação entre o motivo de sinalização e os fatores e níveis de risco.

## **1. Metodologia**

O presente estudo é de índole quantitativo e de cariz exploratório, descritivo e correlacional, recorrendo a medidas de heterorrelato. Recorrer-se-á ainda à técnica da consulta processual.

### **1.1. Participantes**

Para elaborar a presente investigação, foi necessário definir a população e amostra em estudo, sendo que a primeira é referente a crianças referenciadas por comportamentos antissociais na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), com idades compreendidas entre os seis e os onze anos de idade, uma vez que os instrumentos utilizados nesta investigação apenas avaliam crianças que se encontrem nesta faixa etária. A presente amostra foi recolhida através de uma CPCJ do distrito de Setúbal, tendo como critérios de inclusão o facto de as crianças terem sido sinalizadas por situações de perigo que coloquem em causa o direito à educação (e.g., abandono escolar ou absentismo escolar) e por assumirem comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento (e.g., comportamentos violentos), desde do ano de 2008 até 2015.

Assim, a amostra é de conveniência, uma vez que a mesma foi recolhida apenas numa CPCJ e num período temporal específico, conforme acima mencionado. Deste modo, a amostra final do estudo é constituída por 85 processos referentes a 65 crianças de sexo

masculino (76.5%) e 20 de sexo feminino (23.5%), sendo que a idade dos participantes varia entre os seis e os onze anos, tendo uma média de 9.36 anos ( $DP = 1.72$ ). Das 85 crianças, 39 (45.9%) foram sinalizadas por absentismo ou abandono escolar, 21 (24.7%) por adoção de comportamentos violentos, 14 (16.5%) por adoção de comportamentos de oposição na escola e em casa e, por último, 11 (12.9%) por adoção de comportamentos não violentos.

## 1.2. Material

Para a realização deste estudo, os instrumentos a utilizar foram: *Early Assessment List Risk for Boys* (EARL-20B) e *Early Assessment List Risk for Girls* (EARL-21B).

O EARL-20B e o EARL-21G foram desenvolvidos pelo *Child Development Institute*, no Canadá. Estes instrumentos têm como objetivo a avaliação de crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos em risco de se envolverem em comportamentos antissociais no futuro. Ao nível da sua estrutura, estes dividem-se em três secções: a) família; b) criança e, c) responsividade. A secção da família corresponde ao nível na qual “a criança foi protegida, cuidada, supervisionada e educada”. A secção da criança corresponde ao nível na qual “a criança consegue ou não desempenhar o seu papel social e consegue ou não agir de forma responsável e sensível”. Por último, a secção da responsividade diz respeito “à capacidade que a criança e a sua família têm para se envolverem no tratamento e beneficiarem do mesmo” (Augimeri, Enebrink, Walsh, & Jiang, 2010, p. 45). Apesar dos dois instrumentos serem constituídos por estas três secções, existem diferenças ao nível dos fatores de risco (i.e., itens dos instrumentos). O EARL-20B é composto por vinte itens, sendo estes seis correspondentes à família, doze correspondentes à criança e dois correspondentes à responsividade. O EARL-21G apresenta vinte e um itens, sendo que na secção da criança o fator de risco “contacto com a autoridade” foi substituído pelo “desenvolvimento sexual” (“*sexual development*”) e foi acrescentado um item à secção da família “interação entre cuidador e filha” (“*Care-giver daughter interaction*”) (cf. Tabela 1).

Tabela 1

*Descrição dos Itens do EARL-20B e EARL-21G*

Itens	EARL-20B	Itens	EARL-21G
F1	Circunstâncias do agregado familiar	F1	Circunstâncias do agregado familiar
F2	Continuidade dos cuidadores	F2	Continuidade dos cuidadores
F3	Apoios	F3	Apoios
F4	Fatores de stress	F4	Fatores de stress
F5	Estilo parental	F5	Estilo parental
F6	Valores e comportamento antissocial	F6	Interação filha-cuidador
C1	Problemas de desenvolvimento	F7	Valores e comportamento antissocial
C2	Início das dificuldades comportamentais	C1	Problemas de desenvolvimento
C3	Abuso/negligência/trauma	C2	Início das dificuldades comportamentais
C4	Hiperatividade/impulsividade/défice de atenção	C3	Abuso/negligência/trauma
C5	Aceitabilidade	C4	Hiperatividade/impulsividade/défice de atenção
C6	Socialização com os pares	C5	Aceitabilidade
C7	Desempenho académico	C6	Socialização com os pares
C8	Meio de residência	C7	Desempenho académico
C9	Contacto com a autoridade	C8	Meio de residência
C10	Atitudes antissociais	C9	Desenvolvimento

C11	Comportamento antissocial	C10	Atitudes antissociais
C12	Capacidade de coping	C11	Comportamento antissocial
R1	Responsividade da família	C12	Capacidade de coping
R2	Responsividade da criança	R1	Responsividade da família
		R2	Responsividade da criança

Relativamente à cotação dos instrumentos, cada item é cotado numa escala de três pontos (0- ausente; 1- possivelmente presente; 2- presente), obtendo o resultado sobre o nível de risco, podendo ser este baixo, moderado ou elevado. Deste modo, a cotação máxima do EARL-20B é de quarenta pontos e a do EARL-21G é de quarenta e dois pontos. Contudo, estes instrumentos têm por base um juízo profissional estruturado (SPJ), o que significa que apesar de se poder somar os itens, este somatório não prevalece na decisão final sobre o nível de risco, sendo que esta decisão tem por base o critério do avaliador (Aujimeri, Walsh, Woods & Jiang, 2012; Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michael, & Augimeri, 2000). No que respeita à fiabilidade/precisão dos instrumentos, Augimeri e colaboradores (2010) analisaram a mesma tendo em conta o *Intraclass Correlation Coefficients* (ICC), ou seja, a avaliação inter juízes. Deste modo, no que se refere ao total dos itens do EARL-20B os resultados obtidos foram aceitáveis ( $ICC = .82$ ). Relativamente à fiabilidade/precisão do EARL-21G, Levene e colaboradores (2004 citado por Augimeri et al., 2010) também obtiveram resultados aceitáveis, sendo que o *ICC* varia entre os .80 e os .92.

Neste estudo, a precisão foi calculada através da consistência interna, dando um resultado de uma boa consistência interna ( $\alpha = .82$ ) para o EARL-20B e uma consistência interna razoável ( $\alpha = .70$ ) para o EARL-21G.

### **1.3.Procedimento**

Para a realização deste estudo, primeiramente tornou-se necessário proceder à solicitação de autorização às autoras dos instrumentos. Posteriormente, o projeto de investigação foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, sendo que procedeu-se, em seguida, aos procedimentos de tradução e retrotradução. De seguida, foi pedida autorização para a recolha de dados numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do distrito de Setúbal, sendo que a mesma foi efetuada a partir da consulta dos processos. De igual modo, procurou-se garantir a total confidencialidade e o anonimato das crianças, ou outras pessoas, visadas nos processos, não se recolhendo qualquer tipo de dados que possam de alguma forma identificar as crianças.

A cotação dos instrumentos foi realizada retrospectivamente, tendo em conta os dados disponíveis no processo, desde o momento que a criança foi sinalizada até ao momento da primeira deliberação, período esse que teve uma duração média de 4.62 meses ( $DP = 2.148$ ).

### **1.4. Análise de dados**

Os dados recolhidos neste estudo foram sujeitos a análises estatísticas com recurso ao programa informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20 para *Windows*. Conquanto os testes específicos realizados sejam referenciados ao longo dos resultados, procede-se agora a uma apresentação sumária do percurso seguido na análise de dados. Primeiramente foram realizadas análises descritivas dos resultados dos instrumentos acima referenciados (i.e., EARL-20B e EARL-21G), sendo completadas por uma leitura de carácter mais qualitativo decorrente dos dados recolhidos através da consulta processual. Para além da análise descritiva realizada sobre os resultados dos instrumentos, foi também elaborada a mesma análise para a decisão global do risco. De seguida foram realizadas análises inferenciais bivariadas com base no teste de Qui-Quadrado (*Chi-Square Test*,  $\chi^2$ ), a fim de analisar a associação entre sexo, idade e os fatores e níveis de risco, bem como a

análise às diferenças de médias às pontuações obtidas no EARL-20B e no EARL-21G. Para concluir, foram também efetuadas análises inferenciais com recurso a testes de Kruskal-Wallis (Kruskal-Wallis,  $\chi^2$ ), bem como análise de variância (ANOVA) Unifatorial, a fim de analisar a associação entre o motivo da sinalização e fatores e níveis de risco.

## 2. Resultados

### 2.1. Análise descritiva dos resultados do EARL-20B e EARL-21G

Primeiramente, foi realizada uma análise descritiva, sendo que podem ser consultados na Tabela 2 os resultados de frequências dos fatores de risco (i.e., os itens dos instrumentos EARL-20B e EARL-21G) presentes tanto em rapazes, raparigas e na amostra total. Posteriormente, esta análise é complementada por uma leitura de caráter mais qualitativo decorrente dos dados retirados da consulta processual.

Tabela 2

*Frequências dos itens do EARL-20B e do EARL-21G*

Ítems	Rapaz (Presente)	Rapaz (Parcialmente Presente)	Rapariga (presente)	Rapariga (Parcialmente Presente)	Total (presente)	Total (Parcialmente Presente)
F1	8(12.3%)	36(55.4%)	2(10%)	15(75%)	10(11.8%)	51(60%)
F2	7(10.8%)	40(61.5%)	4(20%)	1(5%)	11(12.9%)	41(48.2%)
F3	25(38.5%)	22(33.8%)	6(30%)	13(65%)	31(36.5%)	35(41.2%)
F4	12(18.5%)	44(67.7)	5(25%)	11(55%)	17 (20%)	55(64.7)
F5	32(49.2%)	28(43.1)	9(45%)	9(45%)	41(48.2%)	37(43.5%)
F6B <sup>a</sup> /F7G <sup>b</sup>	5(7.7%)	6 (9.2)	2(10%)	0 (0%)	7(8.2%)	6(7.1%)
C1	3(4.6%)	5(7.7%)	2(10%)	2(10%)	5(5.9%)	7(8.2%)
C2	3(4.6%)	62(95.4%)	1(5%)	19(95%)	4(4.7%)	81(95.3%)
C3	13(20%)	35(53.8%)	5(25%)	13(65%)	18(21.2%)	48 (56.5%)

C4	13(20%)	26(40%)	0(0%)	5(25%)	13(15.3%)	31(36.5%)
C5	21(32.3%)	21 (32.3%)	1(5%)	5(25%)	22(25.9%)	26(30.6%)
C6	7(10.8%)	17(26.2%)	2(10%)	3(15%)	9(10.6%)	20(23.5%)
C7	17(26.2%)	36(55.4%)	9(45%)	7(35%)	26(30.6%)	43(50.6%)
C8	19(29.2%)	12(18.5%)	6(30%)	1(5%)	25(29.4%)	13(15.3%)
C10	28(43.1%)	12(18.5%)	1(5%)	9(45%)	29(34.1%)	21(24.7%)
C11	22(33.8%)	35(53.8%)	1(5%)	8(40%)	23(27.1%)	43(50.6%)
C12	24(36.9%)	20(30.8%)	2(10%)	3(15%)	26(30.6%)	23(27.1%)
R1	23(35.4%)	17(26.2%)	8(40%)	3(15%)	31(36.5%)	20(23.5%)
R2	16(24.6%)	19(29.2%)	2(10%)	2(10%)	18(21.2)	21(24.7)
F6G <sup>c</sup>	–	–	–	3(3.5%)	–	3(3.5%)
C9G <sup>d</sup>	–	–	–	–	–	–
C9B <sup>e</sup>	24(28.2%)	9(10.6%)	–	–	24(28.2%)	9(10.6%)

*Nota.* Nas percentagens apresentadas foram incluídos os itens omissos, variando entre um mínimo de 1 (1.2%) e máximo de 11 (12.9%).

<sup>a</sup>F6B é o item que corresponde ao fator de risco do EARL-20B “Valores e comportamento antissocial”. <sup>b</sup>F7G é o item que corresponde ao fator de risco do EARL-21G “Valores e comportamento antissocial”. <sup>c</sup>F6G é o item que corresponde ao fator de risco do EARL-21G “Interação filha-cuidador”. <sup>d</sup>C9G é o item que corresponde ao fator de risco do EARL-21G “Desenvolvimento sexual”. <sup>e</sup>C9B é o item que corresponde ao fator de risco do EARL-20B “Contacto com a autoridade”.

Na observação dos itens correspondentes às crianças de sexo masculino verificou-se que os itens que prevaleceram com maior frequência, considerando em conjunto a classificação de presente e parcialmente presente, foram o F4 (i.e., fatores de stress) em 86.2% dos participantes, o F5 (i.e., estilo parental) em 92.3% dos participantes, o C2 (i.e., início das dificuldades comportamentais) em 100% dos participantes, o C7 (i.e., desempenho académico) em 81.6% dos participantes e, por último, o C11 (i.e., comportamento antissocial)

em 87.6% dos participantes. Por outro lado, verificou-se que os itens correspondentes às crianças de sexo feminino que apresentaram maior frequência foram o F1 (i.e., circunstâncias do agregado familiar) em 85% dos participantes, o F3 (i.e., apoios) em 95% dos participantes, o F4 (i.e., fatores de stress) em 80% dos participantes, o F5 (i.e., estilo parental) em 90% dos participantes, o C2 (i.e., início das dificuldades comportamentais) em 100% dos participantes, o C3 (i.e., abuso/negligência/trauma) em 90% dos participantes e, por último, o C7 (i.e., desempenho académico) em 80% dos participantes. De uma forma mais concreta, e tendo em conta a informação retirada através da consulta processual, verificou-se que estas crianças viveram com bastantes problemas ao nível financeiro, habitaram em casas sobrelotadas e com poucas condições de higiene. Apurou-se também que a maior parte destas famílias tinham alguns apoios familiares e sociais, sendo que existia alguma ajuda no fornecimento de bens alimentares e de vestuário. Contudo, verificou-se que em 30% dos casos estas ajudas foram inexistentes. Em 64.7% dos casos, as crianças estavam inseridas num ambiente familiar com a existência de um ou dois fatores de stress graves ou um conjunto de fatores de stress menos graves (e.g., problemas financeiros, separação conjugal e stress familiar). Por outro lado, 20% das crianças estavam inseridas num ambiente familiar cujo conjunto de fatores de stress existentes era de elevada gravidade, nomeadamente doença de familiares, problemas financeiros, morte de familiares, vítimas de violência doméstica, rivalidade entre familiares e comportamentos adotados pelas crianças. Aferiu-se também, que os progenitores não tinham conhecimento do problema de comportamento da criança; não assumiram uma postura de resolução de problemas, adotando um estilo parental bastante permissivo; não adotaram uma supervisão adequada; tiveram dificuldades em estabelecer limites e revelaram alguns comportamentos menos aceitáveis (e.g., injúrias); assumiram um estilo parental violento (e.g., agressão física como forma de punição) e não compareceram no estabelecimento de ensino a fim de obter algum esclarecimento sobre o desempenho académico da criança, ou

outro problema existente. A maior parte destas crianças (95.3%) apresentou problemas de comportamento entre os sete e os onze anos de idade, sendo que existiu uma minoria (4.7%), que apresentou os mesmos antes dos seis anos. Também se aferiu a existência de alguma negligência (e.g., ao nível da higiene) e trauma (e.g., violência interparental) nos processos das crianças analisados. Relativamente ao desempenho académico, a maioria destas crianças (50.6%) esteve um ano abaixo do seu nível de escolaridade, apresentando algumas dificuldades de aprendizagem e obtendo resultados negativos no final do período, tendo como consequência, a frequência em aulas de recuperação de disciplinas. Numa menor quantidade (30.6%), existiu algumas crianças que estiveram pelo menos dois anos abaixo do seu nível de escolaridade, onde se verificou, em alguns casos, crianças que aos 10 anos de idade, ainda não sabiam redigir o nome próprio, sendo por vezes colocadas num regime especial. Por último, no que concerne ao comportamento antissocial, na maioria (53.8%) estas crianças envolveram-se em comportamentos mais moderados, nomeadamente absentismo/abandono escolar e furtos. Por outro lado, existiram crianças (33.8%) que apresentaram um ou mais comportamentos antissociais graves, nomeadamente agressão à integridade física grave e acesso a utensílios cortantes (e.g., rebarbadora) com o objetivo de obter algo a seu favor.

Em contrapartida, apurou-se que existiram fatores de risco que apresentaram menor frequência, sendo que para as raparigas os mesmos foram o F7 (i.e., Valores e comportamento antissocial) em 10% dos participantes, o C1 (i.e., Problemas de desenvolvimento) em 20% dos participantes, o C4 (i.e., hiperatividade/impulsividade/défice de atenção) em 25% dos participantes, o C5 (i.e., aceitabilidade) em 30% dos participantes, o C6 (i.e., socialização com os pares) em 25% dos participantes, o C8 (i.e., meio de residência) em 35% dos participantes, o C12 (i.e., capacidade de coping) em 25% dos participantes e, por último, o R2 (i.e., responsividade da criança) em 20% dos participantes. Relativamente às crianças do sexo masculino, verificou-se que os fatores de risco que apresentaram menor

frequência foram o F6 (i.e., valores e comportamento antissocial) em 16.9% dos participantes, o C1 (i.e., problemas de desenvolvimento) em 12.3% dos participantes e o C6 (i.e., socialização com os pares) em 37% dos participantes.

Para além da análise descritiva realizada sobre os fatores de risco presentes nos rapazes e raparigas, foi também elaborada a mesma análise para a decisão global do risco, sendo que se pode verificar na Tabela 3.

Tabela 3

*Frequência da deliberação global do risco em rapazes e raparigas*

Decisão Global do Risco	Rapazes	Raparigas	Total
Baixo	16 (24.6%)	5 (25%)	21 (24.7%)
Moderado	15 (23.1%)	10 (50%)	25 (29.4%)
Elevado	34 (52.3%)	5 (25%)	39 (45.9%)
Total	65 (100%)	20 (100%)	85 (100%)

Pela análise da Tabela 3, a maior parte dos rapazes apresentou um nível de risco elevado (52.3%), seguido de um nível de risco baixo e posteriormente moderado. Relativamente às raparigas, a maioria apresentou um nível de risco moderado (50%), seguido de um nível de risco elevado e baixo. No que concerne ao total da amostra, a maior parte apresentou um nível de risco elevado (45.9%).

## **2.2. Associação entre o sexo e os fatores/níveis de risco**

No sentido de averiguar se as diferenças da distribuição de resultados entre rapazes e raparigas, acima descritas, refletiam uma efetiva associação entre o sexo e os fatores/níveis de risco foram realizadas análises inferenciais bivariadas com base no teste de Qui-Quadrado. É importante salientar que esta análise apenas englobou os itens comuns entre o EARL-20B e

o EARL-21G. Destes fatores de risco, só existiu uma associação significativa entre o sexo e os itens C4 (i.e., hiperatividade/impulsividade/défice de atenção) ( $\chi^2 (2) = 10.03, p = 0.007$ ), C5 (i.e., aceitabilidade) ( $\chi^2 (2) = 9.774, p = 0.008$ ), C10 (i.e., atitudes antissociais) ( $\chi^2 (2) = 11.35, p = 0.003$ ), C11 (i.e., comportamento antissocial) ( $\chi^2 (2) = 17.75, p = 0.000$ ), F2<sup>1</sup> (i.e., continuidade dos cuidadores) ( $\chi^2 (1) = 14.411, p = 0.000$ ) e, por último, R2<sup>1</sup> (i.e., responsividade da criança) ( $\chi^2 (1) = 7.056, p = 0.010$ ). Os fatores de risco supracitados apresentaram-se ausentes nas raparigas e presentes ou parcialmente presentes nos rapazes (cf. Tabela 2).

Relativamente à decisão global do risco e o sexo existiu uma associação entre estas duas variáveis ( $\chi^2 (2) = 6.26, p = 0.044$ ). Enquanto no sexo masculino, a maioria (52.3%) das crianças têm um risco elevado, no sexo feminino, a maioria (50%) das crianças têm um risco moderado.

Considerando agora uma análise às diferenças de médias às pontuações obtidas no EARL-20B e no EARL-21G<sup>2</sup> consoante o sexo dos participantes, apenas foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na subescala da criança ( $t (83) = 3.44, p = .001$ ), constatando-se que as crianças de sexo masculino têm uma média significativamente superior ( $M = 0.4404; DP = 0.19$ ) às crianças de sexo feminino ( $M = 0.28; DP = 0.17$ ).

### **2.3. Associação entre a idade e fatores/níveis de risco**

O terceiro objetivo deste estudo consistia em verificar se existia associação entre a idade e os fatores e níveis de risco. Não se encontrou uma correlação estatisticamente significativa entre a idade e a pontuação obtida no EARL-20B e no EARL-21G, quer ao nível dos itens, quer da pontuação total.

---

<sup>1</sup> Nos itens F2 e R2 a análise Qui-Quadrado (*Chi-Square Test,  $\chi^2$* ) foi realizada juntado as categorias parcialmente presente e presente para respeitar os pressupostos do teste estatístico.

<sup>2</sup> Para se obter as pontuações totais e de cada subescala dos instrumentos, foram realizadas variáveis ponderadas, ou seja, a pontuação total dos instrumentos e das subescalas foram divididas pela pontuação total das respetivas.

Agrupando os participantes por faixa etária - considerando um grupo dos seis aos nove anos ( $n = 36$ )<sup>3</sup> e dos dez aos onze anos ( $n = 49$ )<sup>3</sup> - foram efetuadas análises a fim de averiguar se esta teria alguma associação com a cotação atribuída aos fatores de risco individualmente. Foram encontradas associações significativas entre a faixa etária e os fatores de risco F2 (i.e., continuidade dos cuidadores) ( $\chi^2 (2) = 8.59, p = 0.014$ ), C2 (i.e., início das dificuldades comportamentais) ( $\chi^2 (1) = 5.71, p = 0.029$ ), C5 (i.e., aceitabilidade) ( $\chi^2 (2) = 7.101, p = 0.029$ ) e C12 (i.e., capacidades de *coping*) ( $\chi^2 (2) = 6.532, p = 0.038$ ) (cf. Tabela 5).

Tabela 5

*Frequência dos fatores de risco do risco em crianças entre os 6-9 anos e os 10-11 anos*

Itens	6-9 anos	6-9 anos	6-9 anos	10-11	10-11	10-11
	(Presente)	(Parcialmente Presente)	(Ausente)	(Presente)	(Parcialmente Presente)	(Ausente)
F2	5 (13.9%)	11 (30.6%)	20 (55.6%)	6 (12.2%)	30 (61.2%)	13 (26.5%)
C2	4 (11.1%)	32 (88.9%)	-	0 (0%)	49 (100%)	-
C5	10 (27.8%)	6 (16.7%)	20 (55.6%)	12 (25.5%)	20 (42.6%)	15 (31.9%)
C12	8 (22.2%)	7 (19.4%)	21 (58.3%)	18 (36.7%)	16 (32.7%)	15 (30.6%)

Pela consulta da Tabela 5, pode verificar-se que na faixa etária dos seis aos nove anos a maioria dos fatores de risco acima mencionados encontraram-se ausentes, enquanto que na faixa etária dos dez aos onze anos encontraram-se presentes ou parcialmente presentes.

Foram ainda conduzidas análises para testar se existiria associação entre a faixa etária e os de níveis de risco ou se existiriam diferenças nas médias das pontuações obtidas nos

<sup>3</sup> Foi realizada esta separação por faixas etárias, uma vez que aos dez anos de idade as crianças transitam do ensino primário para o ensino básico de escolaridade.

instrumentos entre faixas etárias, não tendo sido obtidos resultados estatisticamente significativos.

#### **2.4. Associação entre o motivo da sinalização e fatores/níveis de risco**

O terceiro objetivo deste estudo consistia em verificar se existia uma associação entre o motivo de sinalização e os fatores de risco e níveis de risco. Recorde-se que o motivo de sinalização é composto por quatro categorias: a) absentismo ou abandono escolar; b) adoção de comportamentos violentos; c) adoção de comportamentos de oposição na escola e em casa e, por último, c) adoção de comportamentos não violentos.

Devido à reduzida dimensão da amostra, não foram reunidos os pressupostos para testar a associação do motivo de sinalização com a cotação dos itens e com a deliberação do risco, recorrendo ao Teste Qui-Quadrado. Optou-se então por realizar o teste à diferença de médias das pontuações obtidas nas subescalas do EARL-20B e do EARL-21G consoante o motivo de sinalização. Apenas foram encontradas diferenças significativas na subescala da criança do EARL-20B ( $K-W(3) = 20.33, p = 0.00^4$ ). Testes *a posteriori* recorrendo ao Teste Mann-Whitney com Correção de Bonferroni evidenciaram que o grupo que “adotou comportamentos violentos” ( $M = 13.79; DP = 3.05$ ) apresentou uma média significativamente superior ao grupo que “adotou comportamentos de oposição na escola e em casa” ( $M = 10.45; DP = 4.18$ ) ( $u = 55.50, p = 0.033$ ), bem como ao grupo que “adotou comportamentos de absentismo/abandono escolar” ( $M = 7.85; DP = 3.49$ ) ( $u = 55.50, p = 0.000$ ).

Foi realizado uma Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial, com o objetivo de comparar a Pontuação Total do EARL-20B e do EARL-21G consoante o motivo da sinalização. Assim, concluiu-se que existiram diferenças ao nível da Pontuação Total do EARL-20B em função do motivo da sinalização ( $F(3,61) = 3.62, p = 0.018$ ). O Teste Post-

---

<sup>4</sup> A análise exploratória de dados revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos

Hoc de Gabriel revelou que as crianças de sexo masculino que foram sinalizadas por comportamentos violentos relataram maior pontuação ( $M = 21.37$ ;  $DP = 6.508$ ) do que as crianças que foram sinalizadas por absentismo e/ou abandono escolar ( $M = 15.33$ ;  $DP = 5.630$ ). Relativamente à Pontuação Total do EARL-21G, também existiram diferenças ao nível da Pontuação Total do EARL-21G em função do motivo da sinalização, ( $F(3,16) = 9.006$ ,  $p = 0.028$ ). O Teste Post-Hoc de *Tamhane*<sup>5</sup> revelou que as crianças de sexo feminino que foram sinalizadas por comportamentos de oposição na escola e em casa relataram maior pontuação ( $M = 21.00$ ;  $DP = 2.646$ ) do que as crianças que foram sinalizadas por comportamentos não violentos ( $M = 8.00$ ;  $DP = 1.732$ ).

### 3. Discussão

O presente estudo procurou verificar quais as dissimilaridades e semelhanças entre crianças de sexo masculino e feminino que adotam um comportamento antissocial no que concerne aos fatores e aos níveis de risco de repetir esse comportamento.

Alguns investigadores têm optado por realizar estudos semelhantes com amostras de carácter clínico (e.g., Enebrink, Langstrom, Hultén, & Gumpert, 2006), sendo que as mesmas têm sido recolhidas através de clínicas de pedopsiquiatria. Neste estudo, optou-se por estudar uma amostra que se aproxima mais do contexto forense, sendo que em Portugal as CPCJ's são as instituições que mais trabalham com crianças que adotam condutas antissociais numa faixa etária tão precoce.

Aquando da comparação entre crianças portuguesas que adotam um comportamento antissocial, relativamente a outras populações, nomeadamente a canadiana, deparamo-nos desde logo com a existência de diferenças ao nível da gravidade dos comportamentos adotados. A maioria das crianças da amostra do presente estudo foram sinalizadas por

---

<sup>5</sup> A análise exploratória de dados revelou não estarem cumpridos os pressupostos de homogeneidade das variâncias, sendo que se optou por realizar o mesmo teste utilizando a estatística de *Welch* e o Teste Post-Hoc de *Tamhane*.

comportamentos de gravidade moderada, tais como absentismo/abandono escolar e/ou furto, existindo uma menor percentagem de crianças que foi sinalizada por comportamentos de maior gravidade, nomeadamente agressão à integridade física grave e acesso a utensílios cortantes. Em contraste, um estudo realizado no Canadá (e.g., Augimeri, 2005) abrangeu uma amostra de crianças que adotou comportamentos de elevada gravidade, tais como roubo, assalto com armas, fogo posto, entre outros.

As diferenças também são observáveis na prevalência dos fatores de risco. Quando é realizada uma comparação tendo em conta os resultados do presente estudo com um outro, utilizando uma amostra canadiana (e.g., Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009) são várias as semelhanças encontradas ao nível dos fatores de risco. Embora em ambas as amostras tenham sido observados fatores de risco associados às circunstâncias do agregado familiar (e.g., baixo estatuto socioeconómico), as crianças da amostra canadiana apresentaram maior incidência de abuso/negligência/trauma (57%), tendo estado inseridas num ambiente familiar com a existência de um ou mais fatores de stress graves ou um conjunto de fatores de stress menos graves (39%), em comparação com a amostra do presente estudo (18% e 17%, respetivamente). Para além disso, as crianças da amostra canadiana apresentaram maior percentagem de problemas comportamentais (47%) e fracas capacidades de coping (38%), em contraste com a amostra portuguesa (12% e 26%, respetivamente).

No que concerne à associação entre o sexo e os fatores de risco foram encontradas diferenças significativas na subescala da criança, constatando-se que as crianças de sexo masculino apresentaram uma média significativamente superior às crianças de sexo feminino. Mais especificamente, os fatores de risco desta subescala mais predominantes nas crianças de sexo masculino são o comportamento antissocial, a hiperatividade/impulsividade/défice de atenção e aceitabilidade. Este último fator de risco diz respeito às capacidades sociais e de comunicação e ao aspeto físico e/ou psicológico da criança, sendo que é considerado um dos

principais preditores para o comportamento antissocial em rapazes (Augimeri, 2005; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Webster, & Koegl, 2001). Relativamente ao comportamento de hiperatividade, este é também apresentado como um preditor do comportamento agressivo e violento futuro (Bierman & Domitrovich, 2004), estando mais associado aos rapazes do que às raparigas (Giannotta & Rydell, 2016). Lynch e colaboradores (2014) realizaram um estudo com 745 crianças (i.e., 353 rapazes e 392 raparigas) com idades compreendidas entre os sete e os doze anos e concluiu que as crianças de sexo feminino apresentavam um comportamento menos agressivo e hiperativo, em comparação com os rapazes (Lynch, Kistner, & Allan, 2014).

Para além dos fatores relacionados com a criança, encontraram-se outros que são significativamente mais prevalentes no sexo masculino, nomeadamente a continuidade dos cuidadores (i.e., criança que teve múltiplos cuidadores, alternou entre cuidadores ou foi separada de um cuidador principal, por ter sido retirada de casa) e a responsividade da criança (i.e., capacidade que a criança tem para se adaptar ao tratamento e beneficiar do mesmo). Através da comparação efetuada com outros estudos é observado que existem algumas diferenças, sendo que as crianças de sexo feminino apresentam maior percentagem de institucionalizações, em comparação com os rapazes (Levene, et al., 2001). Contudo, relativamente à responsividade Augimeri e colaboradores (2001) defendem que este constitui um fator de risco para o comportamento antissocial nos rapazes, em comparação com as raparigas (Augimeri, Koegl, Webster, & Levene, 2001).

Relativamente aos níveis de risco concluiu-se que as crianças de sexo masculino apresentaram maioritariamente um nível de risco elevado, ao contrário das crianças de sexo feminino que apresentaram no geral um nível de risco moderado. Num estudo realizado por Li e colaboradores (2017) concluiu-se que a média do comportamento antissocial foi mais reduzida nas crianças de sexo feminino, em comparação às crianças de sexo masculino (Li,

Becker, Heitzeg, McClellan, Reed, & Zucker, 2017). Estes resultados corroboram com a afirmação de que as raparigas apresentam um comportamento menos gravoso para a sociedade (Fontaine, Carbonneau, Vitaro, Barker, & Tremblay, 2009), uma vez que estas, para além de demonstrarem um comportamento antissocial mais reduzido, adotam comportamentos menos agressivos, quando comparadas com crianças de sexo masculino (Bell, Foster, & Mash, 2005). De acordo com a informação retirada através da consulta processual, quando o fator de risco – comportamento antissocial – é analisado, verifica-se que as crianças de sexo masculino adotam comportamentos mais agressivos (e.g., agressão à integridade física ou acesso a utensílios cortantes), ao invés das crianças de sexo feminino que adotam comportamentos de menor gravidade, tais como desrespeito pela autoridade e injúrias.

No que respeita à associação entre a faixa etária e os fatores de risco foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre estas variáveis. Primeiramente, é importante salientar que esta divisão entre idades (i.e., dos 6-9 anos e dos 10-11 anos) foi realizada tendo por base o critério escolaridade, uma vez que em Portugal, geralmente, as crianças transitam do Ensino Primário para o Ensino Básico nestas idades. Na verdade, esta transição poderá ou não trazer alguns malefícios para o desenvolvimento comportamental das crianças, uma vez que estão em contacto com outras problemáticas e com jovens de idades superiores e os níveis de comportamento antissocial tendem a aumentar com o passar do tempo (Kemp, Vermulst, Finkenauer, Scholte, Overbeek, Rommes, & Engels, 2009). Walker-Barnes e Mason (2001 citado por Jones, 2008) concluíram no seu estudo que os jovens aquando da transição para o Ensino Secundário, tendem a associar-se a grupos que adotam comportamentos desviantes (e.g., *gangs*). Este fenómeno também pode ser verificado no estudo de Eley e colaboradores (1999). Estes autores compararam crianças dos oito aos onze anos e dos doze aos dezasseis anos, sendo que concluíram que as crianças com idades

superiores demonstraram um nível de risco mais elevado para o comportamento criminal (Eley, Lichtenstein, & Stevenson, 1999).

Existem fatores de risco associados somente à infância (e.g., as disrupções familiares) e outros associados apenas à adolescência (e.g., rendimento escolar e o consumo de substâncias) (Assink, Put, Hoeve, Vries, Stams, & Oort, 2015; Kazdin & Buella-Casal, 2001). Apesar do presente estudo se focar apenas numa amostra cuja faixa etária está inserida na infância, existe uma maior percentagem de fatores de risco na faixa etária mais próxima da adolescência. Deste modo, foram encontradas diferenças significativas nos fatores de risco a) continuidade com os cuidadores, b) aceitabilidade e, por último c) capacidade de *coping*, constatando-se que a faixa etária entre os dez e os onze anos apresentou estes fatores como presentes, ao invés das crianças com idades compreendidas entre os seis e os nove anos, que demonstraram estes fatores como ausentes. Mais concretamente, 61.2% das crianças entre os dez e os onze anos residiram apenas com um progenitor, devido à separação dos cônjuges ou morte de um dos progenitores e/ou foram entregues ao cuidado de outro familiar (e.g., avós) ou instituições. Em 42.6% das crianças desta faixa etária concluiu-se que eram descritas como “difíceis de agradar” devido aos seus problemas comportamentais (e.g., comportamento desagradável em sala de aula, adoção de comportamentos agressivos e alterações de humor), sendo que por vezes tendiam a isolar-se. Por último, a maior parte destas crianças (36.7%) não foi capaz de lidar com as adversidades da sua vida, existiram evidências inequívocas de comportamentos de auto-flagelação (e.g., cortes nos braços), apresentavam um *locus* de controlo externo, culpabilizando os outros pela existência dos problemas e adoção dos seus comportamentos e fraca resistência à frustração (e.g., adoção de comportamentos agressivos). Farrington (2003) concluiu que as crianças antissociais até aos dez anos de idade tiveram múltiplos cuidadores, devendo-se principalmente à separação dos cônjuges. No que concerne às capacidades de *coping*, Werner & Smith (1992 citado por

Augimeri, et al., 2001) relataram que “*o funcionamento bem sucedido na idade adulta está relacionado com as capacidades de resolução de problemas avaliadas aos dez anos de idade*” (p. 58). Deste modo, constata-se, e tendo em conta o presente estudo e outros já realizados, que este fator foi um dos mais prevacentes e que está mais associado com o funcionamento na idade adulta.

No que toca à associação entre o motivo da sinalização e fatores e níveis de risco, apurou-se que existiram diferenças significativas entre os motivos de sinalização na subescala da criança do EARL-20B. Estes resultados permitiram concluir que as crianças que foram sinalizadas por comportamentos violentos apresentaram maior pontuação nesta subescala, do que as crianças que foram sinalizadas por comportamentos de oposição na escola e/ou em casa, bem como as que foram sinalizadas por absentismo/abandono escolar. Deste modo, as crianças que foram sinalizadas por comportamentos violentos apresentaram uma maior quantidade de fatores de risco associados à própria criança, quando comparadas com crianças que tenham sido sinalizadas pelos motivos acima descritos. Um único fator de risco não poderá prever o comportamento delinvente e criminal futuro, sendo que quanto maior a quantidade de fatores de risco maior será a probabilidade das crianças virem a desenvolver estes comportamentos (Augimeri, Koegle, Levene & Webster, 2005). Os comportamentos de moderada gravidade, tais como comportamentos de oposição e de absentismo/abandono escolar são desvios que nem sempre estão associados à própria criança. Estes comportamentos podem ser influenciados principalmente pelo estilo parental adotado pelos progenitores, quantidade de cuidados primários e o fraco envolvimento da família nas questões educativas (Miguel, Rijo, & Lima, 2012).

Aquando da comparação entre a pontuação total dos instrumentos consoante o motivo da sinalização, concluiu-se que as crianças de sexo masculino que foram sinalizadas por comportamentos violentos relataram maior pontuação do que aquelas que foram sinalizadas

por absentismo/abandono escolar. Em contraste, as crianças de sexo feminino que foram sinalizadas por comportamentos de oposição na escola e em casa apresentaram maior pontuação do que aquelas que foram sinalizadas por comportamentos violentos. Neste sentido, as raparigas que foram sinalizadas por comportamentos de oposição demonstraram maior quantidade de fatores de risco. Estes comportamentos são apresentados como fatores prevaletentes para o comportamento antissocial, essencialmente em raparigas (Cénat, Hébert, Blais, Lavoie, & Guerrier, 2015). A partir da comparação entre crianças de sexo masculino com crianças de sexo feminino, observa-se que os rapazes adotam comportamentos agressivos, ao invés das raparigas. Este acontecimento pode ser explicado pelo facto de estes serem mais agressivos e utilizarem mais a violência física como resolução de problemas (Borum, 2000; Kemp, et al., 2009).

Em suma, para além dos objetivos acima referidos, este estudo foi realizado também a fim de auxiliar a identificar prioridades de intervenção, ou seja, que orientações devem de ser tidas em conta nos procedimentos de intervenção. De acordo com a prevalência dos fatores de risco, as prioridades centram-se essencialmente nas circunstâncias do agregado familiar, nos apoios sociais fornecidos, os fatores de stress da família, no estilo parental adotado pelos cuidadores, pelo início das dificuldades comportamentais, pelos episódios de abuso/negligência/trauma experienciado pela criança, no desempenho académico e no comportamento antissocial adotado pela criança. Mais especificamente, e uma vez que os rapazes obtiveram maior quantidade de fatores de risco, concluiu-se que quando estamos perante uma criança de sexo masculino que tenha sido sinalizada por adoção de comportamentos antissociais, a intervenção deve-se focar essencialmente nos fatores de risco associados à própria criança, nomeadamente comportamento antissocial, hiperatividade/impulsividade/défice de atenção, aceitabilidade, continuidade dos cuidadores e responsividade da criança para o tratamento. De forma mais concreta, e tendo em conta a

análise qualitativa realizada, estas crianças foram diagnosticadas com hiperatividade com défice de atenção; apresentavam baixa tolerância à frustração; não eram aceites pelos colegas e autoridade devido aos comportamentos adotados, sendo que, por vezes, tendiam em isolar-se; apresentaram ao longo da sua infância variadas disrupções familiares, nomeadamente separação ou falecimento dos progenitores e, por último, não aderiam a atividades impostas pela escola (e.g., consultas de psicologia e atividades de enriquecimento escolar), bem como impostas por apoios sociais (i.e., Rendimento Social de Inserção).

No decorrer do desenvolvimento comportamental dos indivíduos existem diversos fatores de risco associados a cada fase da vida dos mesmos, sendo que estes fatores poderão ser ou não passíveis de mudança (Assink, et al., 2015; Kazdin & Bucla-Casal, 2001). Anteriormente foi explicado que existem fatores de risco específicos para cada fase da vida de um indivíduo, sendo que fatores associados à família (e.g., baixo estatuto socioeconómico, lares desfeitos e/ou supervisão inadequada) e fatores associados à própria criança (e.g., consumo de substâncias, adoção de comportamentos de vandalismo e/ou envolvimento em lutas) estão mais associados à infância e à adolescência, respetivamente (Farrington, 2003). Neste estudo pode-se verificar que, apesar de a amostra ser constituída apenas por crianças, que as crianças na faixa etária mais próxima da adolescência (i.e., dos dez aos onze anos) apresentaram maior quantidade de fatores de risco. Deste modo, quando estamos perante uma criança entre estas idades, a intervenção deve-se focar essencialmente nos fatores de risco – continuidade dos cuidadores, aceitabilidade e capacidade de *coping*.

No que concerne à diferença de médias das pontuações obtidas na subescala da criança do EARL-20B consoante o motivo de sinalização, concluiu-se que a intervenção deve-se direcionar para os fatores de risco associados à criança (e.g., problemas de desenvolvimento, desempenho académico, atitudes antissociais, entre outros), quando estamos perante crianças que tenham sido sinalizadas por comportamentos violentos. Por outro lado, quando é

realizada a distinção entre rapazes e raparigas, tendo em conta a soma total dos fatores de risco, deparamo-nos que os rapazes que foram sinalizados por comportamentos violentos e as raparigas que foram sinalizadas por comportamentos de oposição na escola e em casa apresentaram maior quantidade fatores de risco, sendo que a intervenção não se deve centrar apenas numa só subcategoria (e.g., família), mas sim nas três subcategorias apresentadas (i.e., família, criança e responsividade).

Augimeri e colaboradores (2014) têm desenvolvido ao longo dos vários anos diversos programas com o objetivo de reduzir o comportamento criminal futuro em crianças com idades mais reduzidas. De facto, estes programas têm obtido valores de sucesso inalcançáveis, uma vez que foram construídos tendo sempre por base os fatores de risco específicos de cada sexo, bem como de diferentes contextos e populações (e.g., escola e crianças com síndrome de *Asperger* (Augimeri, Walsh, Levene, Sewell, & Rajca, 2014). Neste sentido, as intervenções de carácter preventivo que se centram nestes aspetos serão as que oferecem maior sucesso para a redução do comportamento criminal futuro (Loeber, Farrington, & Petechuk, 2003).

#### **4. Conclusão**

A realização deste estudo foi também essencial para uma maior compreensão de alguns dos aspetos do desenvolvimento do comportamento criminal futuro em crianças dos seis aos onze anos. Em Portugal, tem-se registado um aumento de sinalizações efetuadas pela Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, sendo que durante o ano letivo de 2015 e 2016, registaram 4.792 ocorrências de carácter criminal no setor escolar, tendo como consequência um aumento de 0.5%, em relação ao ano anterior (Sistema de Segurança Interna, 2016). Para além das potencialidades apontadas, foram encontradas diversas limitações. Em primeiro lugar, o levantamento de fatores de risco e respetiva avaliação foi feito recorrendo a uma metodologia retrospectiva, através da consulta de processos de

promoção e proteção. De facto, a utilização desta metodologia resultou na posterior falta de informação, o que teve também como efeito a reduzida quantidade da amostra. Como resultado desta consequência foi o facto de a amostra ter sido apenas recolhida numa CPCJ, o que se pode também verificar na quantidade da amostra das crianças de sexo feminino.

Para concluir, no que concerne aos aspetos supracitados e como recomendações futuras, sugere-se que sejam realizados estudos que utilizem uma metodologia longitudinal prospetiva, para que se consiga prever fatores de risco associados a esta problemática, trabalhar no sentido de uma intervenção apropriada, bem como o adequado acompanhamento destas famílias e crianças. As CPCJ's trabalham com crianças antissociais desde a infância até a adolescência. Neste sentido, seria pertinente a realização de um estudo que englobasse uma amostra de crianças e adolescentes que adotassem este tipo de comportamento, para que se possa elaborar uma comparação e assim estudar os vários fatores de risco associados a estas faixas etárias. Relativamente à comparação entre rapazes e raparigas, é recomendado que sejam realizados estudos que analisem comportamentos englobados nesta categoria do “antissocial”, como por exemplo o *bullying* e tipos de comportamentos violentos, uma vez que estas problemáticas têm sido alvo de preocupação da atual sociedade, tendo vindo a aumentar cada vez mais a quantidade de casos existentes. Por último, sugere-se que este tipo de estudos sejam alargados a todas as CPCJ's a nível Nacional, para que se possa perceber primeiramente a dimensão desta problemática, bem como a existência de aspetos diferenciais de cada sexo e de cada faixa etária, de modo a dar início a novos programas e projetos e, deste modo, refletir-se numa diminuição do número de casos selecionados.

### **Referências**

Andershed, H., & Andershed, A. (2010). Risk-need assessment for youth with or at risk for conduct problems: introducing the assessment system ester. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 5, 377-383. doi:10.1016/j.sbspro.2010.07.108

- Andershed, H., Fredriksson, J., Engelholm, K., Ahlberg, R., Berggren, S., & Andershed, A. (2010). Initial test of a new risk-need assessment instrument for youths with or at risk for conduct problems: Ester-assessment. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 5, 488-492. doi: 10.1016/j.sbspro.2010.07.129
- Assink, M., Put, C. E., Hoeve, M., Vries, S. L., Stams, G. J., & Oort, F. J. (2015). Risk factors for persistent delinquent behavior among juveniles: A metaanalytic review. *Clinical Psychology Review*, 42, 47–61. doi: 10.1016/j.cpr.2015.08.002
- Augimeri, L. K. (2005). *Aggressive and antisocial young children: Risk assessment and management utilizing the early assessment risk list for boys (EARL-20B)* (thesis of the degree of doctor). Ontario Institute of Studies in Education of the University of Toronto, Canada.
- Augimeri, L. K., Enebrink, P., Walsh, M., & Jiang, D. (2010). Gender-specific childhood risk assessment tools: Early assessment risk lists for boys (EARL-20B) and girls (EARL-21G). In R. K. Otto & K. S. Douglas (Eds), *Handbook of violence risk assessment* (pp. 43-62). Oxford, UK: Routledge, Taylor & Francis.
- Augimeri, L. K., Koegl, C.J., Levene, K.S., Webster, C.D. (2005). Early assessment risk lists for boys and girls. In T. Grisso, G. Vincent, & L. Seagrave (Eds.), *Mental health screening and assessment in juvenile justice* (pp. 295 - 310). New York, NY: The Guilford Press.
- Augimeri, L. K., Koegl, C. J., Webster, C. D., & Levene, K. S. (2001). *Early assessment risk list for boys: EARL-20B, version 2*. Toronto, ON: EarlsCourt Child and Family Centre.
- Augimeri, L. K., Pepler, D., Walsh, M. M., Jiang, D., & Dassinger, C. (2010). Aggressive and antisocial young children: Risk prediction, assessment and clinical risk management. *Program Evaluation Report submitted to The Provincial Centre of Excellence for Child and Youth Mental Health at CHEO*.

- Augimeri, L. K., Walsh, M., Enebrink, P., & Jiang, D., Blackman, A., & Kanter, D. (2016). Gender-specific childhood risk assessment tools: Early assessment risk lists for boys (EARL-20B) and girls (EARL-21G). In R. K. Otto & K. S. Douglas (Eds), *Handbook of violence risk assessment* (pp. 43-62). Oxford, UK: Routledge, Taylor & Francis.
- Augimeri, L. K., Walsh, M., Levene, K., Sewell, K., & Rajca, E. (2014). Stop now and plan (SNAP) model. In *Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice* (Vol. 9, pp. 5053-5063). New York: Springer Science and Business Media.
- Augimeri, L., Walsh, M., Liddon, A., & Dassinger, C. (2011). A comprehensive strategy for young children engaging in antisocial behavior. In D. W. Springer & A. Roberts, (Eds), *Juvenile Justice and Delinquency*. US: Jones & Bartlett.
- Augimeri, L., Walsh, M., Woods, S., & Jiang, D. (2012). Risk assessment and clinical risk management for young antisocial children: The forgotten group. *Universitas Psychologica*, 11(4), 1147-1156.
- Bell, J. D., Foster, L. S., & Mash, J. E. (2005). *Handbook of behavioral and emotional problems in girls*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Bertrand, M., & Pan, J. (2011). The trouble with boys: Social influences and the gender gap in disruptive behavior. *National Bureau of Economic Research*, 2-63.
- Bierman, K., & Domitrovich, C. (2004). Early disruptive behaviors associated with emerging antisocial behavior among girls.
- Borum, R. (2000). Assessing violence risk among youth. *Journal of Clinical Psychology*, 56(10), 1263-1288.
- Catchpole, R. E., & Gretton, H. M. (2003). The predictive validity of risk assessment with violent young offenders: A 1-year examination of criminal outcome. *Criminal Justice and Behavior*, 30(6), 688-708. doi: 10.1177/0093854803256455

- Cénat, J., Hébert, M., Blais, M., Lavoie, F., & Guerrier, M. (2015). Comportamento delinquente entre alunos expostos à violência familiar em escolas de Québec. *Adolescência & Saúde, 12*(3), 43-52.
- Cottle, C. C., Lee, R., & Heilbrun, K. (2001). The prediction of criminal recidivism in juveniles: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior, 28*(3), 367-394.
- Eley, T., Lichtenstein, P., & Stevenson, J. (1999). Sex differences in the etiology of aggressive and nonaggressive antisocial behavior: results from two twin studies. *Child Development, 70*(1), 155-168.
- Enebrink, P., Langstrom, N., Hultén, A., & Gumpert, C. (2006). Swedish validation of the early assessment risk list for boys (EARL-20B) a decision aid for use with children presenting with conduct-disordered behaviour. *Nordic journal of Psychiatry, 60*(6) 438-446. doi: 10.1080/08039480601021795
- Fagan, A., Horn, M., Hawkins, J., & Arthur, M. (2007). Gender similarities and differences in the association between risk and protective factors and self-reported serious delinquency. *Prevention Science, 8*, 115-124. doi: 10.1007/s11121-006-0062-1
- Fazel, S., Doll, H., & Langstrom, N. (2008). Mental disorders among adolescents in juvenile detention and correctional facilities: A systematic review and metaregression analysis of 25 surveys. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 47*(9), 1010-1019. doi: 10.1097/CHI.ObO13e31817eef3
- Farrington, D. P. (2000). Explain and preventing crime: The globalization of knowledge: The American society of criminology 1999 presidential address. *Criminology, 38*(1), 1-24.
- Farrington, D. P. (2003). Key results from the first forty years of the Cambridge Study in delinquent development. In T.P. Thornberry, & M.D. Krohn (Eds.), *Taking Stock of Delinquency: An overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, pp. 137-184. New York: Kluwer/Plenum.

- Fontaine, N., Carbonneau, R., Vitaro, F., Barker, E., & Tremblay, R. (2009). Research review: A critical review of studies on the developmental trajectories of antisocial behavior in females. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *50*(4), 363-385. doi: 10.1111/j.1469-7610.2008.01949.x
- Frizzo, G., Pedrini, J., Souza, D., Bandeira, D., & Borsa, J. (2014). Reliability of child behavior checklist and teacher's report form in a sample of brazilian children. *Universitas Psychologica*, *14*(1), 149-156. doi: 10.11144/Javeriana.upsy14-1.rcbc
- Giannotta, F., & Rydell, M. (2016). The prospective links between hyperactive/impulsive, inattentive, and oppositional-defiant behaviors in childhood and antisocial behavior in adolescence: The moderating influence of gender and the parent-child relationship quality. *Child Psychiatry & Human Development*, *47*, 857-870. doi: 10.1007/s10578-015-0617-0
- Hipwell, A., & Loeber, R. (2006). Do we know which interventions are effective for disruptive and delinquent girls?. *Clinical Child and Family Psychology Review*, *9*(4), 221-255. doi: 10.1007/s10567-006-0012-2
- Jones, D. W. (2008). *Understanding Criminal Behaviour: Psychological approaches to criminality*. Devon: Willan Publishing.
- Khanna, D., Shaw, J., Dolan, M., & Lennox, C. (2014). Does diagnosis affect the predictive accuracy of risk assessment tools for juvenile offenders: Conduct disorder and attention deficit hyperactivity disorder. *Journal of Adolescence*, *37*, 1171-1179. doi: 10.1016/j.adolescence.2014.08.008
- Kazdin, A., & Buela-Casal, G. (2001). *Conduta anto-social: Avaliação, tratamento e prevenção na infância e na adolescência* (J. A. Lima, Trad.). Amadora: McGraw-Hill. (Obra original publicada em 1998).

- Kemp, R., Vermulst, A., Finkenauer, C., Scholte, R., Overbeek, G., Rommes, W., & Engels, R. (2009). Self-control and early adolescent antisocial behavior: A longitudinal analysis. *Journal of Early Adolescence, 29*(4), 497-517. doi: 10.1177/0272431608324474
- Koegl, C., Farrington, D., & Augimeri, L. (2009). Clinician perceptions of childhood risk factors for future antisocial behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 38*(4), 564-575. doi: 10.1080/15374410902976361
- Koegl, C., Webster, C., Michel, M., & Augimeri, L. (2000). Coding raw data: Toward understanding raw life. *Child & Youth Care Forum, 29*(4), 229-246.
- Kristoffersen, J., Obel, C., & Smith, N. (2015). Gender differences in behavioral problems and school outcomes. *Journal of Economic Behavior & Organization, 115*, 75-93. doi: 10.1016/j.jebo.2014.10.006
- Kroneman, L., Hipwell, A., Loeber, R., Koot, H., & Pardini, D. (2011). Contextual risk factors as predictors of disruptive behavior disorder trajectories in girls: the moderating effect of callous-unemotional features. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 52*(2), 167-175. doi:10.1111/j.1469-7610.2010.02300.x
- Leve, L., Chamberlain, P., & Kim, H. (2015). Risks, outcomes, and evidence-based interventions for girls in the US juvenile justice system. *Clinical Child and Family Psychology Review, 18*(3), 252-279. doi: 10.1007/s10567-015-0186-6
- Levene, S., Augimeri, K., Pepler, J., Walsh, M., Webster D., & Koegl, J. (2001). *Early assessment risk list for girls: EARL-21G, Version 1, Consultation Edition*. Toronto, ON: Earls court Child and Family Centre.
- Li, P., Becker, J., Heitzeg, M., McClellan, M., Reed, B., & Zucker, R. (2017). Gender differences in the transmission of risk for antisocial behavior problems across generations. *Plos One, 12*(5), 1-16. doi: 10.1371/journal.pone.0177288

- Loeber, R., Farrington, D., & Petechuk, D. (2003). *Child delinquency: Early intervention and prevention*. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Losel, F., & Beelmann, A. (2003). Effects of child skills training in preventing antisocial behavior: A systematic review of randomized evaluations. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 587(1), 84-109.
- Lynch, J., Kistner, A., & Allan, P. (2014). Distinguishing among disruptive behaviors to help predict high school graduation: does gender matter?. *Journal of School Psychology*, 52, 407-418. doi: 10.1016/j.jsp.2014.05.001
- Magee, T., & Roy, S. (2008). Predicting school-age behavior problems: The role of early childhood risk factors. *Pediatric Nursing*, 34(1), 37-45.
- Miguel, R. R., Rijo, D., & Lima, L. (2012). Fatores de risco para o insucesso escolar: A relevância das variáveis psicológicas e comportamentais do aluno. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 46(1), 127-243.
- Moffitt, T. (1993). Adolescent-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A development taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701.
- Molen, E., Blokland, A., Hipwell, A., Vermeiren, R., Doreleijers, T., & Loeber, R. (2015). Girls' childhood trajectories of disruptive behavior predict adjustment problems in early adolescence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 56(7), 766-773. doi: 10.1111/jcpp.12339
- Molen, E., Hipwell, A., Vermeiren, R., & Loeber, R. (2011). Maternal characteristics predicting young girls' disruptive behavior. *Journal of Clinical & Adolescent Psychology*, 40(2), 179-190. doi: 10.1080/15374416.2011.546042

- Mosteiro, O., Gómez-Fraguela, J., Boo, L., Fernández, J., & Martín, M. (2016). Psychopathic traits mediate the effects of neighbourhood risk on juvenile antisocial behavior. *Psicothema*, 28(4), 428-434. doi: 10.7334/psicothema2016.55
- Pepler, D., Walsh, M., Yuile, A., Levene, K., Jiang, D., Vaughan, A., & Webber, J. (2010). Bridging the gender gap: Interventions with aggressive girls and their parents. *Prevention Science*, 11, 229-238. doi: 10.1007/s11121-009-0167-4
- Rennie, C., & Dolan, M. (2010). Predictive validity of the youth level of service/case management inventory in custody sample in England. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 21(3), 407-425. doi: 10.1080/14789940903452311
- Ruiter, C., & Augimeri, L. (2012). Making delinquency prevention work with children and adolescents: From risk assessment to effective intervention. In C. Logan and L Johnstone (Eds), *Managing Clinical Risk* (pp. 199-223). London: Routledge.
- Sistema de Segurança Interna (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna*.
- Sydney, W. N. (2004). *Development of aggressive behaviour in children and young people implications for social policy, service provision, and further research*. Department of Community Services, New South Wales.
- Viljoen, J., Cruise, K., Nicholls, T., Desmarais, S., & Webster, C. (2012). Taking stock and taking steps: The case for an adolescent version of the short-term assessment of risk and treatability. *International Journal of Forensic Mental Health*, 11(3), 135-149. doi: 10.1080/14999013.2012.737406
- Whitney, S., Renner, L., & Herrenkohl, T. (2010). Gender differences in risk and promotive classifications associated with adolescent delinquency. *The Journal of Genetic Psychology*, 171(2), 116-138.

## **Artigo Empírico 2**

**Validação Preditiva do *Early Assessment Risk List* para rapazes (EARL-20B):  
Comportamento antissocial e fatores de risco numa amostra de rapazes portugueses**

**Validação Preditiva do *Early Assessment Risk List* para rapazes (EARL-20B):  
Comportamento antissocial e fatores de risco numa amostra de rapazes portugueses**

Inês C. Coelho, [35653@ufp.edu.pt](mailto:35653@ufp.edu.pt); Cristina P. Neves, [crisninanvs@gmail.com](mailto:crisninanvs@gmail.com) & Sónia

M. Caridade, [soniac@ufp.edu.pt](mailto:soniac@ufp.edu.pt)

Universidade Fernando Pessoa

**Resumo**

Reconhecendo a importância da avaliação de risco de comportamentos antissociais em crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos, devidamente documentada na literatura da especialidade, com este estudo pretendeu-se estudar as propriedades psicométricas do referido instrumento - EARL-20B - numa amostra de crianças portuguesas referenciadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), bem como os comportamentos adotados durante um período *follow-up*. A amostra final do estudo foi constituída por 65 processos de promoção e proteção referentes a crianças do sexo masculino, com idades compreendidas entre os seis e os onze anos ( $M = 9.58$ ;  $DP = 1.74$ ). Tendo por base uma metodologia longitudinal retrospectiva, a recolha de dados foi realizada através da consulta processual, recorrendo-se à utilização da versão portuguesa do instrumento de avaliação de risco EARL-20B. Nesta amostra, o instrumento apresentou uma boa consistência interna, revelando fidedignas garantias relativamente à precisão da avaliação. Verificou-se também que a pontuação total e da subescala da família foram estatisticamente significativas para preverem a adoção de comportamentos antissociais. As CPCJ's lidam com diversas problemáticas, verificando-se um aumento de casos sinalizados por comportamentos antissociais. Deste modo, a utilização de um suporte específico que auxilie os profissionais na identificação de fatores de risco para o comportamento criminal futuro, como também a construção de planos de gestão de risco, poderá ser benéfico para a redução destes mesmos comportamentos.

**Palavras-chave:** Avaliação do risco, Comportamento antissocial, EARL-20B.

### **Abstract**

Recognizing the importance of future antisocial behavior risk in children between 6 and 11 years, especially documented in specialty literature, with this study it is intended investigated the psychometrics proprieties of EARL-20B in the sample Portuguese children referenced in Commission for the Protection children and youngsters, as well as the behaviors adopted in follow-up period. The final sample of the study was constituted by 65 files of promotion and protection referring to boys with ages between 6 and 11 years ( $M = 9.58$ ;  $SD = 1.74$ ). Using a longitudinal retrospective methodology, the data collection was realized through process consultation with Portuguese version of the risk assessment instrument EARL-20B. The results demonstrated that this instrument has a good reliability, offering good guarantees in the assessment's precision. It was verified that the EARL-20B total and family item scores were statistically significant for the prevention of antisocial behaviors. The CPCJ works with diverse problems with an increase in the number of cases. Therefore, the use of the specific support that helps the professionals in the identification of risk factors for future criminal behavior, as well as the building of intervention for decrease of risk, is good for reduction this behaviors.

**Keywords:** Risk assessment, Antisocial behavior, EARL-20B.

### **Introdução**

Entre os anos 1989 e 1998, começou a registrar-se um aumento da preocupação, no que concerne aos atos qualificados como crime praticados por crianças e jovens, uma vez que houve um aumento de 24%, em relação aos crimes cometidos por adultos, tendo estes últimos registado um aumento de 5% (Borum, 2000; Cottle, Lee, & Heilbrun, 2001). Assim, as clínicas de pedopsiquiatria responsáveis por crianças que adotavam este comportamento, passaram a ser responsáveis pela avaliação e gestão do mesmo (Gammelgard, Koivisto,

Eronen, & Kaltiala-Heino, 2008). Em Portugal, durante o ano letivo de 2015 e 2016, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública registaram 4.792 ocorrências de carácter criminal no setor escolar, sendo que se verificou um aumento de 0.5%, em relação ao ano anterior (Sistema de Segurança Interna, 2016).

Os problemas de comportamento graves na infância surgem, por vezes, associados à perturbação do comportamento (Samek, Elkins, Keyes, Lacono, & McGue, 2015), afetando negativamente o desenvolvimento da criança e o funcionamento familiar (Enebrink, Hogstrom, Forster, & Ghaderi, 2012). Justifica-se, deste modo, a necessidade de se procurar analisar e compreender o comportamento antissocial numa idade precoce, identificando os fatores de risco que estão associados ao desenvolvimento do mesmo.

Ao longo do tempo, o conceito – comportamento antissocial - tem originado um maior impacto na sociedade devido aos efeitos que o mesmo tem causado nesta (e.g., afetar a qualidade da vida dos indivíduos) (Rennie & Dolan, 2010). Em termos sociais, o comportamento antissocial refere-se a práticas que violam as normas da sociedade, tais como, o desrespeito pela vida humana e destruição de propriedade alheia (Romão, 2013), sendo que seriam puníveis se a criança possuísse idade de responsabilidade criminal (e.g., em Portugal seria com idade superior aos 16 anos) (Augimeri, Enebrink, Walsh, & Jiang, 2010). Por outro lado, Sims e Preston (2006) defendem que a delinquência juvenil envolve todos os atos que se fossem “*cometidos por adultos seriam considerados como crime*” (p.77). Deste modo, tem existido algum debate relativamente à definição destes conceitos, oscilando consoante o instrumento de avaliação que utilizam para identificar crianças/jovens com este comportamento (Fonseca, 2004). Quando este tipo de comportamento surge em idades muito precoces, existe um maior risco para o desenvolvimento de comportamentos delinquentes e criminais na adolescência e vida adulta, respetivamente (Enebrink, Langstrom, Hultén, & Gumpert, 2006), tanto ao nível da severidade, como ao nível da frequência e duração

(Bardick & Bernes, 2008). De acordo com Augimeri et al. (2012), jovens que estão em contacto com a justiça aos dezasseis anos de idade, começaram a ter problemas de comportamento menos graves aos seis anos, problemas moderados aos nove anos e, posteriormente, problemas mais graves aos doze anos (Augimeri, Walsh, Woods, & Jiang, 2012). Assim, entre os seis e onze anos de idade, existe um conjunto de fatores de risco, isto é, características ou circunstâncias que estão associadas ao aumento da probabilidade do comportamento criminal e/ou violento futuro, nomeadamente estilos parentais bastantes permissivos ou autoritários (Rappaport & Thomas, 2004), hostilidade e agressividade (Goldstein, Serico, Romaine, Zelechowski, Kalbeitzner, Kemp, & Lane, 2013), elevada taxa de criminalidade no meio de residência (Trentacosta, Hyde, Goodlett, & Shaw, 2013), fracas capacidades de *coping* (Nader, 2012), baixo estatuto socioeconómico (Mosteiro, Gómez-Fraguela, Boo, Fernández, & Martín, 2016), associação com pares desviantes, baixo rendimento escolar, características da personalidade (Catchpole & Gretton, 2003), hiperatividade (Fontaine, Carbonneau, Barker, Vitaro, Hébert, Côté, Nagin, Zoccolillo, & Tremblay, 2008), consumo de substâncias e existência de progenitores antissociais (Conner, 2014). Entre este grande conjunto de fatores, não existe um único fator de risco que seja capaz de prever o comportamento antissocial no futuro. Todavia, um fator pode contribuir para o aumento do risco (Augimeri et al., 2010).

Por outro lado, existem fatores de proteção que auxiliam na redução da severidade do problema ou atenuam os efeitos do elevado risco para o comportamento antissocial, respetivamente (Farrington, 2000; Ruitter & Augimeri, 2012). De entre os diferentes fatores de proteção identificados, destacam-se: forte vinculação entre a família e a criança (Borum, 2000), elevados níveis de supervisão por parte dos cuidadores (Sydney, 2004), ambiente familiar e residencial com uma diminuída taxa de violência e elevada tolerância à frustração (Pettit, 2004).

Para além do grande foco existente por parte dos investigadores em relação ao comportamento antissocial, têm-se verificado um crescente aumento de estudos que procuram identificar os fatores de risco e de proteção (Pettit, 2004). Num estudo longitudinal realizado por Moffitt e colaboradores (2002) com uma amostra de 539 rapazes, os autores concluíram que os mesmos que manifestavam comportamentos antissociais na infância e posteriormente comportamentos delinquentes na adolescência, apresentavam maior taxa de condenações no futuro, fraca relação com os familiares, dificuldades ao nível económico e baixo rendimento escolar (Moffitt, Caspi, Harrington, & Milne, 2002). Um outro estudo longitudinal realizado por Farrington (2003), que veio corroborar os resultados acima descritos, concluiu que jovens delinquentes começaram a ter problemas de comportamento em idade pré-escolar (e.g., desonestidade). Para além da idade, foram identificados outros fatores de risco associados ao desenvolvimento do comportamento delinvente na adolescência e criminal na idade adulta, tais como, baixo estatuto socioeconómico, baixo rendimento escolar, envolvimento criminal por parte dos progenitores e adoção de um estilo parental inadequado por parte destes (Farrington, 2003).

Enebrink et al. (2006) referem que pode ser difícil identificar as crianças com comportamentos antissociais mais graves e as que apresentam maior probabilidade de continuarem com estes comportamentos. Esta dificuldade poderá estar relacionada com a ausência de um suporte de decisão específico, que identifique e preveja tais problemas. Deste modo, e para que a intervenção seja adequada, tem sido sugerido que a análise do comportamento criminal futuro, tenha por base não só a avaliação da gravidade do problema, mas também os fatores de risco e as necessidades associadas ao mesmo (Gammelgard et al., 2008). Esta recolha de informação foi realizada, durante muito tempo, apenas com a utilização de entrevistas semi-estruturadas. Porém, de modo a ultrapassar a notória “*subjetividade da avaliação meramente clínica e individual*”, os profissionais começaram a

recorrer a instrumentos estruturados de avaliação do risco (Braga & Gonçalves, 2011, p. 282).

A última década tem sido assinalada por um aumento relativamente ao desenvolvimento de ferramentas que têm como objetivo auxiliar os profissionais a identificarem o nível de risco para a manifestação de comportamento antissocial (Khanna, Shaw, Dolan, & Lennox, 2014). Duas abordagens estão na base da criação deste tipo de instrumentos: a abordagem atuarial e o Juízo Profissional Estruturado (SPJ). A primeira corresponde à soma de todos os fatores de risco identificados, dando origem ao nível de risco (Khanna et al., 2014). Por outro lado, a abordagem SPJ tem por base a experiência profissional e o conhecimento empírico do avaliador, sendo que a tomada de decisão sobre o nível de risco prevalece de acordo com o critério deste. Um dos benefícios gerais desta última abordagem, em relação à anterior, é que para além de auxiliar os profissionais a identificarem as crianças que irão continuar no futuro com um comportamento antissocial, auxilia também na identificação de fatores de risco e necessidades, útil para o planeamento das intervenções (Enebrink et al., 2006; Webster, Haque, Augimeri, Brink, Cree, Desmarais, Gray, Johnstone, Martin, Nicholls, & Snowden, 2014). Apesar da controvérsia ainda existente acerca de qual a abordagem mais eficaz, recentes estudos empíricos têm indicado que a última, embora dependa da avaliação subjetiva do avaliador, melhora a rapidez e eficiência das tomadas de decisão (Borum, 2003).

Atualmente, é possível contabilizar cerca de 120 ferramentas que possibilitam avaliar o nível de risco de comportamentos antissociais e a reincidência. Contudo, a maioria destes instrumentos foram realizados para serem administrados a jovens e/ou adultos (Viljoen, Cruise, Nicholls, Desmarais, & Webster, 2012). Assim, e na tentativa de identificar fatores de risco e necessidades associados ao comportamento antissocial na infância, e para auxiliar a construção de planos de gestão de risco adequados e eficazes, foi desenvolvido, pelo *Child Development Institute*, no Canadá, o EARL-20B (*Early Assessment Risk List for Boys*). Este

instrumento tem como principal propósito auxiliar os profissionais na identificação de fatores de risco que contribuam para o desenvolvimento de comportamentos antissociais no futuro e a planearem com mais precisão intervenções de modo a reduzir o risco de tais problemas, tendo por base as necessidades identificadas (Koegl, Farrington & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michel, & Augimeri, 2000). Em 1998 foi desenvolvida a primeira versão do EARL-20B, sendo que era apenas uma edição para consulta. Porém, após várias alterações Augimeri e colaboradores (2001 citados por Augimeri, Walsh, Enebrink, Jiang, Blackman, & Kanter, 2016) desenvolveram uma segunda versão, introduzindo melhorias. A elaboração deste instrumento teve por base um outro instrumento de avaliação de risco para a população adulta, o HCR-20 (*Historical Clinical Risk – 20*), o qual tem como objetivos específicos: a) apoiar os profissionais na identificação dos fatores de risco para o comportamento criminal futuro numa idade precoce; b) auxiliar na construção de esquemas de avaliação do risco e, por último c) auxiliar no desenvolvimento de planos eficazes na redução do risco, tanto para as crianças, como para as suas famílias (Augimeri, Koegl, Levene, & Webster, 2005; Farrington, 2005). O EARL-20B pode ser utilizado em conjunto com outros instrumentos e/ou métodos de avaliação, sendo que também pode ser usado por vários profissionais de diferentes áreas (e.g. serviço social, psicologia, educação, entre outros). Contudo, é necessário seguir algumas regras, tais como o treino prévio sobre o instrumento e utilização contínua do manual (Augimeri et al., 2005). Para que a utilização desta ferramenta seja o mais fidedigna possível, é aconselhável que o profissional recorra a várias fontes de informação (e.g., estabelecimento de ensino e saúde ou entidades que trabalhem com a criança), a fim de recolher o maior número de dados possível (Baker, 2016).

No que concerne à fiabilidade e validade do EARL-20B, vários estudos (e.g., Augimeri, 2005; Augimeri, et al., 2001; Enebrink, 2005) têm defendido, de forma unânime, que este instrumento permite avaliar positivamente o subsequente comportamento criminal (Augimeri,

Pepler, Walsh, Jiang, & Dassinger, 2010; Ruitter & Augimeri, 2012). Augimeri e colaboradores (2001) aquando da construção deste instrumento e do estudo sobre a sua fiabilidade, encontraram correlações (e.g., Correlações de Pearson para uma única medida foi de .79 e .82 e a média da medida foi de .93) estatisticamente significativas (i.e.,  $p < .01$ ) (Augimeri, Koegl, Webster, & Levene, 2001). Enebrink e colaboradores (2006) realizaram um estudo longitudinal, com o objetivo de investigarem a fiabilidade e a validade do instrumento EARL-20B. A amostra era constituída por 76 crianças do sexo masculino, que estavam referenciadas em nove clínicas de pedopsiquiatria na Suécia e que tinham idades compreendidas entre os seis e os onze anos. No que respeita aos resultados, os autores concluíram que a fiabilidade relativamente à soma total dos itens era de .92, sendo que os valores de *Kappa* para os itens individuais revelaram-se também aceitáveis (Enebrink et al., 2006). Num outro estudo realizado por Augimeri e colaboradores (2010), verificou-se que o EARL-20B apresenta resultados aceitáveis relativamente ao total dos itens (ICC = .82) em comparação com outros instrumentos SPJ, nomeadamente o SAVRY (ICC = .81), o START (ICC = .87) e o HCR-20 (ICC = .78) (Augimeri et al., 2010).

Reconhecendo a importância da avaliação de risco de comportamentos antissociais futuros em crianças com idades compreendidas entre os seis aos onze anos, devidamente documentada na literatura da especialidade, com este estudo pretendeu-se estudar as propriedades psicométricas do referido instrumento - EARL-20B, tendo por base uma amostra de crianças portuguesas referenciadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). De forma mais específica procurar-se-á: analisar a consistência interna do EARL-20B e verificar se os resultados do EARL-20B são preditores da posterior ocorrência.

## **1. Metodologia**

O presente estudo é quantitativo e de cariz exploratório, longitudinal retrospectivo.

## 1.1. Participantes

Para elaborar a presente investigação, foi necessário definir a população e amostra em estudo, sendo que a primeira é referente a crianças referenciadas por comportamentos antissociais na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), com idades compreendidas entre os seis e os onze anos de idade, uma vez que o instrumento utilizado nesta investigação apenas avalia crianças que se encontrem nesta faixa etária. Como critérios de inclusão considerou-se o facto de as crianças terem sido sinalizadas por situações de perigo que coloquem em causa o direito à educação (e.g., abandono escolar ou absentismo escolar) e por assumirem comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento (e.g., comportamentos violentos), desde do ano de 2008 até 2015.

Assim, a amostra é de conveniência, uma vez que a mesma foi recolhida apenas numa Comissão do distrito de Setúbal e está inserida no período de tempo acima mencionado. Deste modo, a amostra final do estudo foi constituída por 65 processos referentes a crianças apenas do sexo masculino, sendo que a idade dos participantes varia entre os seis e os onze anos, tendo uma média de 9.58 anos ( $DP = 1.74$ ). Das 65 crianças, 27 (41.5%) foram sinalizadas por absentismo ou abandono escolar, 19 (29.2%) por adoção de comportamentos violentos, 11 (16.9%) por adoção de comportamentos de oposição na escola e em casa e, por último, oito (12.3%) por adoção de comportamentos não violentos.

## 1.2. Material

Para a realização deste estudo o instrumento a utilizar foi o *Early Assessment List Risk for Boys* (EARL-20B).

O EARL-20B foi desenvolvido pelo *Child Development Institute*, no Canadá. Este instrumento tem como objetivo a avaliação de crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos em risco de se envolverem em comportamentos criminais no futuro. Ao nível da sua estrutura, estes dividem-se em três secções: a) família; b) criança e; c)

responsividade. A secção da família corresponde ao nível na qual “*a criança foi protegida, cuidada, supervisionada e educada*”. A secção da criança corresponde ao nível na qual “*a criança consegue ou não desempenhar o seu papel social e consegue ou não agir de forma responsável e sensível*”. Por último, a secção da responsividade diz respeito “*à capacidade que a criança e a sua família têm para se envolverem no tratamento e beneficiarem do mesmo*” (Augimeri, Enebrink, Walsh, & Jiang, 2010, p. 45). O EARL-20B é composto por vinte itens, sendo estes seis correspondentes à família, doze correspondentes à criança e dois correspondentes à responsividade (cf. Tabela 1).

Tabela 1

*Descrição dos Itens do EARL-20B*

Itens	EARL-20B
F1	Circunstâncias do agregado familiar
F2	Continuidade dos cuidadores
F3	Apoios
F4	Fatores de stress
F5	Estilo parental
F6	Valores e comportamento antissocial
C1	Problemas de desenvolvimento
C2	Início das dificuldades comportamentais
C3	Abuso/negligência/trauma
C4	Hiperatividade/impulsividade/défice de atenção
C5	Aceitabilidade
C6	Socialização com os pares
C7	Desempenho académico
C8	Meio de residência

---

C9	Contacto com a autoridade
C10	Atitudes antissociais
C11	Comportamento antissocial
C12	Capacidade de coping
R1	Responsividade da família
R2	Responsividade da criança

---

Relativamente à cotação do instrumento, cada item é cotado numa escala de três pontos (0- ausente; 1- possivelmente presente; 2- presente), obtendo o resultado sobre o nível de risco, podendo este ser baixo, moderado ou elevado. Deste modo, a cotação máxima do EARL-20B é de quarenta pontos. Contudo, este instrumento tem por base um juízo profissional estruturado (SPJ), o que significa que apesar de se poder somar os itens, este somatório não prevalece na decisão final sobre o nível de risco, sendo que esta decisão tem por base o critério do avaliador (Aujimeri, Walsh, Woods & Jiang, 2012; Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michael, & Augimeri, 2000). No que respeita à fiabilidade/precisão do instrumento, Augimeri e colaboradores (2010) analisaram a mesma tendo em conta o *Intraclass Correlation Coefficients* (ICC), ou seja, a avaliação inter juízes. Deste modo, no que se refere ao total dos itens do EARL-20B os resultados obtidos foram aceitáveis ( $ICC = .82$ ).

### **1.3. Procedimento**

Para a realização deste estudo, primeiramente tornou-se necessário proceder à solicitação de autorização às autoras dos instrumentos. Posteriormente, o projeto de investigação foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, sendo que procedeu-se, em seguida, aos procedimentos de tradução e retrotradução. De seguida, foi pedida autorização para a recolha de dados numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do

distrito de Setúbal, sendo que a mesma foi efetuada a partir da consulta dos processos. De forma a garantir a total confidencialidade e o anonimato das crianças, ou outras pessoas, visadas nos processos, houve o cuidado de não se recolher qualquer tipo de dados que pudessem de alguma forma identificar as crianças.

Este estudo é de cariz longitudinal retrospectivo, pois a cotação dos instrumentos foi realizada retrospectivamente, tendo em conta os dados disponíveis no processo, desde o momento que a criança foi sinalizada até ao momento da primeira deliberação, período esse que teve uma duração média de 4.62 meses ( $DP = 2.148$ ). A data da primeira deliberação marcou o início do *follow-up*, que decorreu até à data da última informação disponível no processo, tendo uma duração média de 8.54 meses ( $DP = 2.148$ ), entre um mínimo de um mês e um máximo de 36 meses. Durante este período foi recolhida a ocorrência, ou não, de comportamentos antissociais. Foram considerados comportamentos antissociais todos aqueles que se enquadravam nos motivos de sinalização previamente enunciados, ou seja, absentismo ou abandono escolar, adoção de comportamentos violentos, adoção de comportamentos de oposição na escola e em casa e, por último, adoção de comportamentos violentos. É importante salientar que a recolha de dados iniciou em Outubro de 2016, terminando em Maio de 2017.

#### **1.4. Análise de dados**

Os dados recolhidos neste estudo foram sujeitos a análises estatísticas com recurso ao programa informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20 para *Windows*. Conquanto os testes específicos realizados sejam referenciados ao longo dos resultados, procede-se agora a uma apresentação sumária do percurso seguido na análise de dados. Primeiramente foram realizadas análises descritivas à caracterização dos dados do EARL-20B, sobretudo à percentagem de fatores de risco (i.e., os itens do instrumento referido) presentes e parcialmente presentes e à caracterização do valor médio das pontuações

das subescalas e da pontuação total. Neste sentido, foram também conduzidas análises descritivas a fim de observar as frequências dos níveis de risco presentes nas crianças do sexo masculino, bem como a frequência de ocorrências de comportamentos antissociais durante o *follow-up*. De seguida, foram realizadas análises inferenciais bivariadas com base no teste de Qui-Quadrado (*Chi-Square Test*,  $\chi^2$ ), a fim de analisar a associação entre as ocorrências de comportamentos antissociais durante o *follow-up* face à primeira deliberação e aos níveis de risco. Para além destas análises, foram realizadas análises teste *t* para amostras independentes (*t test for independent samples*, *t*), com o objetivo de verificar quais as diferenças entre as médias dos níveis de risco consoante a primeira deliberação e consoante os comportamentos adotados durante o *follow-up*. Em termos de consistência interna, esta foi observada a partir das análises de Coeficiente de Correlação de Pearson (*Pearson Correlation Coefficient*, *r*) entre as subescalas e a pontuação total, bem como a análise ao *alpha de cronbach* ( $\alpha$ ). Foram também realizadas análises multivariadas (i.e., regressões logísticas), a fim de verificar em que medida os resultados do EARL-20B forneciam preditores do comportamento antissocial. Para finalizar, no que concerne às análises de coeficientes de validade preditiva, foi efetuado uma análise à área sob a curva de ROC e ao Coeficiente de Correlação Ponto Bisserial (*Point Biserial Correlation Coefficient*,  $r_{pb}$ ).

## **2. Resultados**

### **2.1. Análises descritivas**

Primeiramente, foi realizada uma análise descritiva relativamente às pontuações das subescalas e à pontuação total do instrumento acima mencionado, sendo que verificou-se que a pontuação total apresentou uma média de 17.77 ( $DP = 6.621$ ), variando entre um mínimo de seis pontos e um máximo de 35 pontos. Quanto às subescalas, na subescala da família esta variou entre um mínimo de um ponto e um máximo de onze pontos ( $M = 5.45$ ;  $DP = 2.469$ ), a subescala da criança variou entre um mínimo de três pontos e um máximo de vinte pontos

( $M = 10.57$ ;  $DP = 4.503$ ) e, por último, a subescala da responsividade variou entre um mínimo de zero pontos e um máximo de quatro pontos, obtendo uma média de 1.75 ( $DP = 1.447$ ).

Na Tabela 3 podem ser consultados os resultados de frequências dos níveis de risco presentes nas crianças do sexo masculino.

Tabela 3

*Caracterização dos níveis de risco do EARL-20B*

Níveis de Risco	n (%)
Baixo	16 (24.6%)
Moderado	15 (23.1%)
Elevado	34 (52.3%)

Pela análise da Tabela 3, percebe-se que a maior parte dos rapazes apresentou um nível de risco elevado (52.3%), seguido de um nível de risco baixo (24.6%) e posteriormente moderado (23.1%).

Observou-se que dos 65 processos analisados, em 41 foi deliberada a aplicação de uma medida de promoção e proteção e 24 foram arquivados inicialmente<sup>6</sup>.

A Tabela 4 apresenta a frequência de ocorrências de comportamentos antissociais durante o *follow-up*. Consideraram-se três tipos de comportamentos antissociais, nomeadamente comportamentos violento e não violento (i.e., comportamentos violentos, problemas de externalização, utilização de linguagem imprópria, comportamentos conflituosos, ameaças e consumos de substâncias), comportamentos de oposição na escola e em casa (i.e., comportamento desadequado em sala de aula, não cumprimento de regras, comportamentos de oposição e suspensões escolares) e, por último, absentismo e/ou abandono escolar (i.e.,

<sup>6</sup> Estes 24 processos foram arquivados por não subsistir a situação de perigo, por ter sido remetido para o Ministério Público ou para outra CPCJ.

falta de assiduidade e/ou ausência permanente do ensino escolar)<sup>7</sup>. A partir da Tabela 4 pode-se observar a frequência de ocorrências destes comportamentos durante o período *follow-up*, bem como o número de vezes que esses comportamentos eram semelhantes ao comportamento sinalizado inicialmente.

Tabela 4

*Frequência de ocorrências de comportamentos antissociais durante o follow-up*

	n(%)
Comportamentos violentos e não violentos	18 (27.7%)
Oposição na escola e em casa	21 (32.3%)
Absentismo e abandono escolar	22 (33.8%)
Qualquer tipo de ocorrência <sup>a</sup>	32 (49.2%)
Ocorrência do mesmo comportamento <sup>b</sup>	24 (36.9%)

<sup>a</sup> Qualquer tipo de comportamento corresponde à ocorrência de pelo menos um dos comportamentos analisados no estudo (i.e., comportamentos violentos e não violentos, oposição na escola e em casa e absentismo e/ou abandono escolar). <sup>b</sup> Ocorrência de mesmo comportamento sinalizado significa que o comportamento pelo qual o processo da criança foi instruído ocorreu novamente durante o período *follow-up*.

Pela análise da Tabela 4, verificou-se que as ocorrências mais detetadas durante o *follow-up* foram comportamentos de absentismo e/ou abandono escolar (33.8%), seguindo-se

<sup>7</sup> Tendo em conta a baixa frequência de comportamentos adotados, posteriormente à primeira deliberação, em comparação com os motivos de sinalização acima referidos, agrupou-se as categorias, dando origem a três variáveis.

os comportamentos de oposição na escola e em casa (32.3%), existindo uma menor percentagem de adoção de comportamentos violento e não violento (27.7%). Na totalidade 49.2% das crianças adotaram um destes tipos de comportamentos antissociais, sendo que 36.9% adotou o mesmo comportamento pelo qual tinha sido sinalizada inicialmente.

Através da análise descritiva entre qualquer tipo de ocorrências face à primeira deliberação tomada no processo de promoção e proteção (PPP), verificou-se que os PPP's que foram arquivados, a totalidade (100%) das crianças não adotou nenhum dos comportamentos acima referidos após a deliberação desta decisão e os PPP's onde a deliberação inicial foi a aplicação de uma medida de promoção e proteção, a maioria (78.0%) das crianças adotou um comportamento posterior à aplicação desta. Face à primeira deliberação, dos que foram arquivados, 16.7% das crianças tiveram ocorrências de comportamentos antissociais, dando origem a uma reabertura de processos de promoção e proteção. Dos que foram aplicados uma medida de promoção e proteção, 36.6% das crianças viriam a ser sinalizadas novamente, dando origem à reabertura dos processos de promoção e proteção.

## **2.2. Consistência Interna**

Com o objetivo de verificar a consistência interna, foram realizadas análises de Coeficiente de Correlação de Pearson, bem como a análise do *Alpha de Cronbach* ( $\alpha$ ). Através da Tabela 5 pode-se observar que todas as correlações entre as subescalas foram estatisticamente significativas e positivas, tendo existido conformidade nas suas classificações. Verificou-se também que as correlações entre as subescalas variaram entre .33 e os .49, sendo que o valor mais elevado foi apresentado entre a subescala da família e a subescala da responsividade. No que concerne às correlações entre as subescalas com a pontuação total também foram todas estatisticamente significativas e positivas, sendo que o valor mais elevado encontrou-se na subescala da criança.

Relativamente ao *alpha de cronbach* ( $\alpha$ ), tendo em conta a totalidade dos itens foi de  $\alpha = .82$ , atingindo uma boa consistência interna. Por outro lado, os *alphas de cronbach* das subescalas da família e da criança atingiram uma consistência interna razoável<sup>8</sup>, ao invés da subescala da responsividade que indicou uma fraca consistência interna<sup>3</sup> (cf. Tabela 5).

Tabela 5

*Correlações e alpha de cronbach para as subescalas e a pontuação total do EARL-20B*

	1	2	3	$\alpha$
1. Subescala da família				.71
2. Subescala da Criança	.33**			.75
3. Subescala da Responsividade	.49**	.35**		.66
Total	.70**	.88**	.64**	.82

\*\* $p < .01$ ; \* $p < .05$

### **2.3. Associação entre os resultados do EARL-20B e os comportamentos antissociais adotados durante o *follow-up***

Primeiramente, foi realizada uma análise às diferenças de médias da pontuação total e dos níveis de risco consoante a primeira deliberação tomada no PPP, bem como análises inferenciais bivariadas com base no teste de Qui-Quadrado, a fim de verificar se existia uma associação entre as variáveis supracitadas. Todavia, não foram encontradas diferenças e associações significativas entre as variáveis em estudo.

No sentido de averiguar se as médias das pontuações diferem entre as crianças que tiveram, ou não, ocorrências de comportamentos antissociais, foram realizados teste *t* para

<sup>8</sup> (ver Hill & Hill, 2008)

amostras independentes. Foi possível apurar diferenças significativas entre as crianças que adotaram e não adotaram posteriormente comportamentos antissociais ao nível da pontuação total ( $t(63) = -2.22, p = 0.030$ ) e da pontuação da subescala da responsividade ( $t(63) = -3.291, p = 0.002$ ), constatando-se que as crianças que adotaram *a posteriori* um comportamento antissocial apresentaram maior pontuação total ( $M = 19.56; DP = 7.242$ ) e pontuação na subescala da responsividade ( $M = 2.31; DP = 1.256$ ) do que aquelas que não adotaram ( $M = 16.03; DP = 5.525$  e  $M = 1.21; DP = 1.431$ , respetivamente). Considerando cada uns dos tipos de comportamentos antissociais, também se encontrou diferenças significativas entre os comportamentos violento e não violento ao nível da pontuação total ( $t(63) = -3.668, p = 0.001$ ), da pontuação da subescala da família ( $t(63) = -3.246, p = 0.002$ ), da subescala da criança ( $t(63) = -2.621, p = 0.011$ ) e da subescala da responsividade ( $t(63) = -2.474, p = 0.016$ ) (cf. Tabela 6).

Tabela 6

*Pontuação média total e das subescalas do EARL-20B em crianças que adotaram e não adotaram comportamentos violentos e não violentos*

	Comportamentos violentos e não violentos	
	Sim	Não
	( $n = 18$ )	( $n = 47$ )
	$M (DP)$	$M (DP)$
Pontuação Total	22.22 (6.160)	16.06 (6.020)
Pontuação – Família	6.94 (2.667)	4.87 (2.153)
Pontuação – Criança	12.83 (4.004)	9.70 (4.418)
Pontuação - Responsividade	2.44 (1.381)	1.49 (1.397)

Apesar de este comportamento ter sido o que apresentou maior média em todas as pontuações do EARL-20B, existiu diferenças significativas entre os comportamentos de oposição em escola e em casa ( $t(63) = -2.304, p = 0.025$ ) e os comportamentos de absentismo e abandono escolar ( $t(63) = -2.530, p = 0.014$ ) consoante a pontuação da subescala da responsividade. Neste sentido, as crianças que adotaram estes comportamentos relataram maior pontuação na subescala da responsividade ( $M = 2.33; DP = 1.155$  e  $M = 2.36; DP = 1.364$ , respetivamente) do que aquelas que não adotaram ( $M = 1.48; DP = 1.502$  e  $M = 1.44; DP = 1.402$ , respetivamente).

No que respeita à associação entre os níveis de risco e os comportamentos antissociais adotados durante o *follow-up*, foram realizadas análises inferenciais bivariadas com base no teste de Qui-Quadrado. Verificou-se uma associação significativa entre os níveis de risco e os comportamentos violento e não violento ( $\chi^2(2) = 9.799, p = 0.007$ ) e os comportamentos de oposição na escola e em casa ( $\chi^2(2) = 6.596, p = 0.037$ ) (Tabela 7).

Tabela 7

*Associação entre os níveis de risco e os comportamentos adotados durante o follow-up*

	Comportamentos violentos e não violentos		Comportamentos de oposição na escola e na família	
	Sim aconteceu <i>n</i> (%)	Não aconteceu <i>n</i> (%)	Sim aconteceu <i>n</i> (%)	Não aconteceu <i>n</i> (%)
Baixo	1 (6.2%)	15 (93.8%)	1 (6.2%)	15 (93.8%)
Moderado	2 (13.3%)	13 (86.7%)	6 (40.0%)	9 (60.0%)
Elevado	15 (44.1%)	19 (55.9%)	14 (41.2%)	20 (58.8%)

Neste sentido, através da Tabela 7, verificou-se que a maior parte das crianças com um risco baixo não adotou comportamentos violento e não violento, bem como de oposição na

escola e em casa durante o *follow-up*. Contudo, as crianças que apresentaram um elevado nível de risco uma grande percentagem adotou estes dois comportamentos antissociais, embora a maior parte não os tenha apresentado.

#### **2.4. Previsão da ocorrência de comportamentos antissociais com os resultados do EARL-20B**

Foram realizadas análises multivariadas a fim de se verificar em que medida é que os resultados do EARL-20B seriam preditores do comportamento antissocial posterior. Foram realizadas regressões logísticas *Forward:LR*<sup>9</sup> com o objetivo de se verificar qual o melhor modelo a ser testado para a variável dependente (i.e., comportamentos violento e não violento)<sup>10</sup>. Na primeira regressão logística, inseriu-se os preditores idade<sup>11</sup>, pontuação total do instrumento e níveis de risco<sup>12</sup>, obtendo um modelo apenas com o preditor pontuação total. Como se pode observar a partir da Tabela 8, cerca de 30.7% ( $Pseudo R_N^2 = .307$ ) da variância é explicada. Verificou-se também que o mesmo é estatisticamente significativo ( $\chi_{HL}^2(8) = 7.975, p = .436$ ), sendo que classifica corretamente 73.4% dos casos analisados, sobretudo aqueles onde não ocorre a posterior adoção dos comportamentos violento e não violento. Em 87.2% dos casos não houve a posterior adoção destes comportamentos antissociais, sendo que a previsão era a não adoção (i.e., especificidade do modelo), enquanto que em apenas 35.3% houve adoção destes comportamentos, sendo que a previsão era a adoção (i.e., sensibilidade do modelo). Quanto ao preditor analisado, verificou-se que este é estatisticamente significativo para prever a adoção de comportamentos violento e não violento ( $\chi_{wald}^2(1) = 11.019, p = .001$ ), demonstrando que quanto maior o valor da pontuação

---

<sup>9</sup> Como existiram problemas de multicolinearidade optou-se por realizar duas regressões logísticas em separado

<sup>10</sup> Somente foi utilizada esta variável dependente, uma vez que apenas se encontraram diferenças significativas na pontuação total do EARL-20B entre as crianças que apresentaram e não apresentaram comportamentos violento e não violento

<sup>11</sup> A variável “idade” entrou apenas para controlo do potencial efeito desta

<sup>12</sup> Níveis de risco em *dummy*

total do instrumento, maior será a probabilidade de a criança vir a adotar novamente este comportamento ( $OR = 1.211$ ; 95% I.C. [1.081 – 1.356]).

Na segunda regressão logística foram analisados os preditores idade e pontuações das subescalas do instrumento (i.e., família, criança e responsividade), sendo que se alcançou um modelo apenas com o preditor pontuação da subescala da família. Verificou-se que cerca de 31.8% ( $Pseudo R_N^2 = .318$ ) da variância é explicada. Observou-se também que o mesmo é estatisticamente significativo ( $\chi_{HL}^2(5) = 5.135, p = .400$ ), sendo que classifica corretamente 81% dos casos analisados, sobretudo aqueles onde não ocorre a posterior adoção dos comportamentos violento e não violento. Em 95.7% dos casos não houve a posterior adoção destes comportamentos antissociais, sendo que a previsão era a não adoção (i.e., especificidade do modelo), enquanto que em apenas 37.5% houve adoção destes comportamentos, sendo que a previsão era a adoção (i.e., sensibilidade do modelo). No que concerne ao preditor analisado, verificou-se que este é estatisticamente significativo para prever a posterior adoção de comportamentos violento e não violento ( $\chi_{Wald}^2(1) = 10.449, p = .001$ ), demonstrando que quanto maior o valor da pontuação da subescala da família do EARL-20B, maior será a probabilidade de a criança vir a adotar novamente estes comportamentos antissociais ( $OR = 1.744$ ; 95% I.C. [1.245 – 2.444]).

Tabela 8

*Regressões Logísticas para previsão da ocorrência de comportamentos violentos e não violentos durante o follow-up*

Modelo	Variáveis	95% I. C. para							
		Exp(B)							
		B	S.E.	Wald	df	Sig	Exp(B)	Inf.	Sup.
1	Pontuação Total	.191	.058	11.019	1	.001	1.211	1.081	1.356

		Pontuação							
2	Subescala	.556	.172	10.449	1	.001	1.744	1.245	2.444
		Família							

Nota.

Modelo1 *Forward:LR*: com os preditores idade, pontuação total do EARL-20B e níveis de risco; *Pseudo R<sub>N</sub><sup>2</sup>* = .307

Modelo2 *Forward:LR*: com os preditores idade e pontuações das subescalas do EARL-20B; *Pseudo R<sub>N</sub><sup>2</sup>* = .318

## 2.5. Coeficientes de validade preditiva

Embora a dimensão da amostra seja reduzida, optou-se por realizar análises à área sob a curva de ROC, no sentido de comparar o resultado deste estudo, com estudos internacionais. Esta análise permite medir “a capacidade do modelo para discriminar os sujeitos com a característica de interesse versus sujeitos sem a característica de interesse” (Marôco, 2011, p. 828). A área sob a curva de ROC (*c*) varia entre 0.5 a 1<sup>13</sup>, sendo que o modelo apresenta maior capacidade para discriminar os sujeitos que apresentam a característica a ser estudada (i.e., neste caso, os comportamentos violento e não violento) dos que não apresentam, quando se aproxima do valor 1 (Marôco, 2011). Através da Figura 1, o *AUC* para o EARL-20B na previsão de comportamentos violento e não violento foi .78 (*EP* = .64; 95% *I.C.* .65-.90), apresentando uma discriminação aceitável.

<sup>13</sup> Valores indicativos da área sob a curva de ROC, que podem ser utilizados para classificar o poder discriminante do modelo de regressão: a)  $\leq .5$  sem poder discriminativo; b)  $].5; .7[$  discriminação fraca; c)  $].7; .8[$  discriminação aceitável; d)  $].8; .9[$  discriminação boa e e)  $\geq .9$  discriminação excepcional (Marôco, 2011, p. 829)

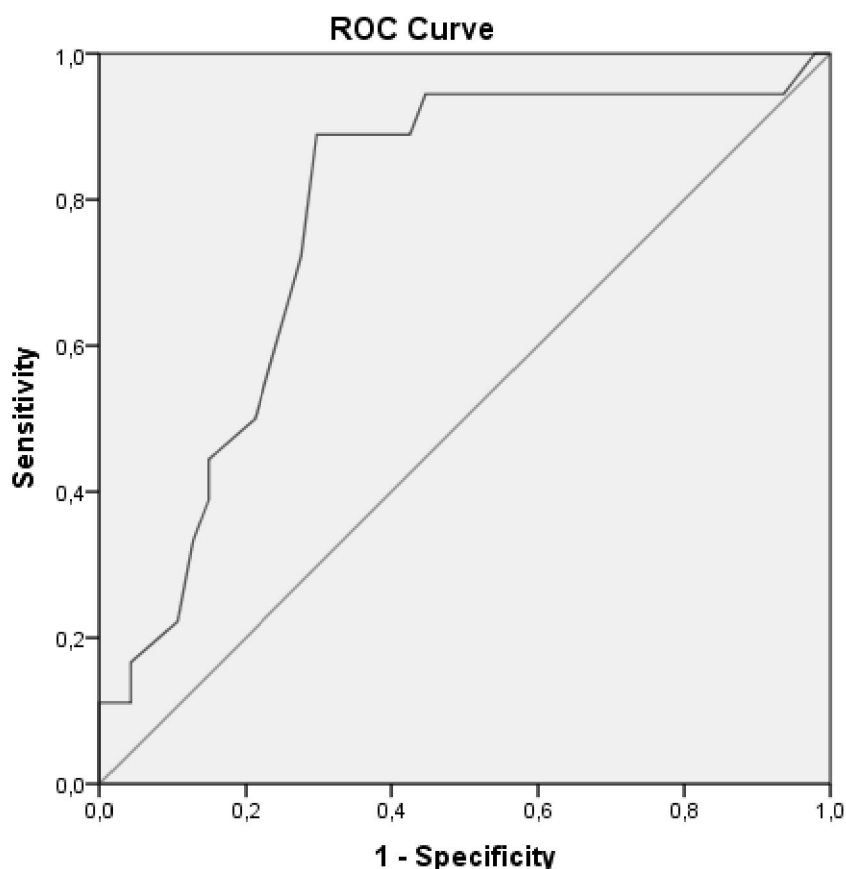


Figura 1.  
Curva ROC do EARL-20B para a previsão dos comportamentos violento e não violento

Para além desta análise, foi também efetuada uma análise ao Coeficiente de Correlação Ponto-Biserial (*Point Biserial Correlation Coefficient,  $r_{pb}$* ). Este teste analisa a associação entre uma variável escalar e uma variável nominal dicotómica (Martins, 2011). Neste sentido, foi analisada a associação entre os comportamentos violento e não violento e a pontuação total do EARL-20B. Verificou-se que existiu uma correlação positiva significativa entre as crianças que adotaram e, não adotaram, comportamentos violento e não violento e a pontuação total do EARL-20B ( $r_{pb} = .42, p = .001$ ). Assim, maior pontuação total está associada às crianças que adotaram estes comportamentos antissociais.

### 3. Discussão

O presente estudo procurou verificar as propriedades psicométricas do referido instrumento - EARL-20B - numa amostra de crianças portuguesas referenciadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), bem como a validade preditiva do mesmo. De

forma mais específica, procurou analisar a consistência interna do EARL-20B e verificar se os resultados deste instrumento foram preditores da posterior ocorrência de comportamentos antissociais.

Este estudo recaiu essencialmente sobre a observação de comportamentos antissociais em crianças dos seis aos onze anos, durante um período de tempo estipulado. Tradicionalmente, o comportamento antissocial é descrito como “*atos que levariam a processo tutelar se a criança tivesse 12 ou mais anos; ou ações que, mesmo não qualificadas como crime em sentido estrito, vão contra os padrões da comunidade*” (Augimeri, Koegl, Webster, & Levene, 2001, p.13). Contudo, estes comportamentos variam de sociedade para sociedade, existindo diferenças ao nível da gravidade dos atos cometidos. As crianças do presente estudo foram sinalizadas, na maior parte (41.5%), por absentismo/abandono escolar, seguindo-se os comportamentos violentos (29.2%), e os comportamentos de oposição na escola e em casa (16.9%), existindo uma menor percentagem (12.3%) de comportamentos não violentos. Em contrapartida, no estudo de Augimeri e colaboradores (2001) as crianças da amostra tinham sido sinalizadas, na maior parte, por roubo (72.2%), agressões físicas e verbais (71.4%) e mentira (64.3%). Estas diferenças também podem ser observáveis quando é feita a análise aos comportamentos adotados durante o *follow-up*, dando conta que as crianças adotaram na maior parte comportamentos de absentismo/abandono escolar, seguindo-se de comportamentos de oposição na escola e em casa, existindo menor percentagem de comportamentos violento e não violento. Em contraponto, em outros estudos (e.g., Augimeri, 2005) foi demonstrado que as crianças durante um período *follow-up* adotaram comportamentos mais gravosos (e.g., tentativa de homicídio, posse de substâncias, condução de veículos sem licença, entre outros). Estas diferenças também foram verificadas através das análises descritivas realizadas às pontuações das subescalas – família, criança, responsividade – e à pontuação total, tendo-se verificado que a média foi de 17.77 e das subescalas foi de

5.45, 10.57 e 1.75, respectivamente. Relativamente aos níveis de risco, verificou-se que maioria da amostra obteve um nível de risco elevado. Contudo, Augimeri (2005) no seu estudo analisou apenas níveis de risco baixo e elevado, sendo que os primeiros teriam uma pontuação entre os zero e os 22 pontos, enquanto que os segundos apresentavam uma variação de 22 a 40 pontos. Para além das diferenças acima mencionadas, Enebrink e colaboradores (2006) defendem que os fatores de risco e necessidades podem diferir de contexto para contexto (Enebrink, Langstrom, Hultén & Gumpert, 2006), sendo esta a melhor explicação para as dissemelhanças encontradas.

De acordo com a análise da consistência interna, verificou-se uma boa consistência interna ( $\alpha = .82$ ), ou seja, este instrumento oferece fidedignas garantias relativamente à precisão da avaliação. Relativamente às subescalas, os *alphas de cronbach* que correspondentes à família e à criança atingiram uma consistência interna razoável. Contudo, o da subescala da responsividade indicou uma fraca consistência interna, uma vez que esta subescala engloba apenas dois fatores de risco, o que pode influenciar negativamente o valor deste.

Durante o período *follow-up*, verificou-se que as crianças que adotaram pelo menos um comportamento antissocial apresentaram diferenças ao nível das pontuações do EARL-20B, ao contrário daquelas que não adotaram nenhum comportamento. Constatou-se ainda, que as crianças que adotaram pelo menos um comportamento antissocial relataram maior pontuação total e pontuação da subescala da responsividade, em comparação com as crianças que não adotaram nenhum comportamento. Relativamente às ocorrências, constatou-se que houve diferenças significativas entre os comportamentos violento e não violento ao nível da pontuação total, bem como das subescalas do EARL-20B e entre os comportamentos de oposição na escola e em casa e os comportamentos de absentismo/abandono escolar ao nível da pontuação da subescala da responsividade. Assim, concluiu-se que as crianças que

adotaram estes comportamentos, obtiveram maior pontuação total e das subescalas, ao invés das crianças que não adotaram nenhum comportamento antissocial. É importante salientar que todas as crianças que adotaram comportamentos *à posteriori* estavam a ser acompanhadas pela CPCJ (i.e., foi deliberado inicialmente a aplicação de uma medida de promoção e proteção). Tais dados poderão indiciar uma certa ineficácia da intervenção. Apesar do *follow-up* curto, o facto de não ter existido relação entre a deliberação inicial e a pontuação total e níveis de risco, isto apela para a importância da utilização de um suporte específico que auxilie os técnicos na identificação de fatores de risco e necessidades inerentes ao comportamento antissocial, como também no desenvolvimento de estratégias capazes de reduzir, ou até mesmo prevenir o risco para o comportamento delinvente e criminal futuro (Augimeri, Koegl, Levene, & Webster, 2005).

A partir dos níveis de risco, observou-se que a maior parte das crianças com um nível de risco baixo não adotou comportamentos violento e não violento, bem como de oposição na escola e em casa, durante o *follow-up*. Contudo, as crianças que apresentaram um elevado nível de risco, uma grande percentagem adotou estes dois comportamentos antissociais, embora a maior parte não os tenha apresentado. Este resultado também poderá ser explicado através das análises multivariadas, tendo-se concluído a existência de um grande número de falsos-positivos, ou seja, houve crianças que não adotaram comportamentos durante o *follow-up*, mas que o modelo demonstrou que adotaram. No mesmo sentido, existiu uma maior quantidade de casos onde não houve a adoção de posteriores comportamentos antissociais, sendo que a previsão era a não adoção dos mesmos. Alguns autores (e.g., Fazel, Singh, Doll, & Grann, 2012) têm defendido que estes instrumentos avaliam melhor os indivíduos com um baixo nível de risco, do que aqueles que apresentam um elevado nível de risco, algo que também comprovado no presente estudo

No que concerne à análise da regressão logística, verificou-se que os melhores preditores para prever a posterior adoção de comportamentos violento e não violento foram a pontuação total e a pontuação da subescala da família do EARL-20B. É importante destacar que no primeiro modelo utilizado inseriu-se os preditores idade, pontuação do instrumento e níveis de risco, prevalecendo numa última análise um modelo apenas com o preditor pontuação total. Ao longo do tempo, tem existido alguma discordância relativamente à eficácia dos instrumentos que utilizam uma abordagem actuarial ou um Juízo Profissional Estruturado (SPJ) para avaliar o risco do comportamento antissocial. Identificar a melhor abordagem a ser utilizada tem sido uma tarefa que tem acarretado algumas dificuldades, essencialmente porque ambas têm características comuns, sendo que uma das principais semelhanças é o facto de estas abordagens realizarem uma “*seleção de dados e codificação para um conjunto de variáveis escolhidas pela literatura científica*” (Koeigl, 2011, p.7). Na verdade, estas duas abordagens tendem a realizar uma boa avaliação do risco para o comportamento antissocial, sendo estes mais precisos do que as entrevistas clínicas realizadas tradicionalmente (Douglas, 2014). Contudo, a literatura tem vindo a especificar as diferenças entre estas duas abordagens, não existindo atualmente um consenso entre qual a melhor abordagem a ser utilizada para a avaliação do risco do comportamento criminal futuro. Paul Meehl (1954 citado por Dvoskin & Heilbrun, 2001) concluiu que a abordagem actuarial aumenta a precisão da previsão das problemáticas a serem analisadas e efetua uma avaliação estandardizada e objetiva, sendo que a mesma é de fácil utilização, não sendo estritamente necessário treino prévio (Douglas, Ogloff, & Hart, 2003; Ruiter & Nicholls, 2011). No entanto, esta abordagem não auxilia no desenvolvimento de intervenções, dando menos ênfase à gestão do risco (Douglas, 2014). Relativamente às ferramentas SPJ, atualmente, estas têm sido a escolha dos profissionais, uma vez que permitem a avaliação de fatores de risco específicos de cada caso, bem como a construção de planos de prevenção e gestão do

risco (O'Shea & Dickens, 2014). No que concerne às limitações, esta abordagem tem vindo a ser criticada essencialmente por se focar apenas na avaliação de fatores de risco, excluindo a existência de fatores de proteção (O'Shea & Dickens, 2014). Neste estudo, os resultados acima descritos permitem concluir que a pontuação total do instrumento analisado prevê os posteriores comportamentos antissociais adotados, descartando a hipótese de que o nível de risco seria um melhor preditor. Conclui-se, deste modo, que a abordagem actuarial será melhor preditora do comportamento antissocial, quando comparada com a abordagem SPJ, corroborando o encontrado em outros estudos (e.g., Fazel et al., 2012).

No que respeita à subescala da família, verificou-se que quanto maior o valor da pontuação desta subescala, maior será a probabilidade de a criança vir a adotar novamente comportamentos violento e não violento. O fator de risco associado à família apresenta uma grande influência no comportamento delinvente e criminal futuro das crianças (Kazdin & Buela-Casal, 2001), nomeadamente a quantidade e qualidade dos cuidados primários, o estilo parental adotado, bem como a ausência de envolvimento na vida escolar e pessoal das crianças (Farrington, 2003).

No que respeita aos coeficientes de validade preditiva, o presente estudo demonstrou que o *AUC* foi .78, apresentando uma discriminação aceitável. Do mesmo modo, verificou-se também uma correlação positiva significativa entre as crianças que adotaram e, não adotaram, comportamentos violento e não violento e a pontuação total do EARL-20B. Em comparação com estudos internacionais (ver Augimeri, Enebrink, Walsh, & Jiang, 2010), não houve diferenças em relação aos resultados obtidos neste e no presente estudo, sendo que o *AUC* também apresentou uma discriminação aceitável e maior pontuação total do EARL-20B está associada às crianças que adotaram comportamentos antissociais.

#### **4. Conclusão**

Com a realização do presente estudo foi possível concluir que o EARL-20B apresenta boas capacidades psicométricas ao nível da consistência interna, sendo que os resultados do mesmo revelaram-se estatisticamente significativos entre crianças que apresentaram posteriores comportamentos antissociais. Tais dados juntamente com as análises de regressão logística e coeficientes de validade preditiva, constituem indicadores de que este instrumento pode ser uma ferramenta válida para utilizar em crianças portuguesas que adotam comportamentos antissociais. Contudo, a validade preditiva ficou demonstrada para a não previsão das ocorrências destes comportamentos e para uma utilização actuarial do EARL-20B. Neste sentido, o facto de não se ter concluído uma associação entre a deliberação inicial e as pontuações do instrumento referenciado e níveis de risco, pode revelar a importância da existência de um suporte específico que auxilie os técnicos no trabalho desenvolvido com estas crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos. O início antecipado da adoção de comportamentos antissociais é caracterizado como sendo um dos principais fatores de risco para a adoção posterior dos mesmos (Augimeri, et al., 2010), sendo que uma criança que adota estes comportamentos antes dos doze anos, tem maior probabilidade de vir a cometer um ato delinvente e criminoso no futuro (Augimeri, Pepler, Walsh, & Kivlenieks, 2016). Por último, ficou reforçada a importância dos fatores de risco associados à família em crianças entre esta faixa etária, uma vez que estes fatores de risco também estão fortemente associados ao desenvolvimento de comportamentos delinquentes e criminais na adolescência e adultez, respetivamente (Fonseca, 2002).

O EARL-20B, em outros países, já é utilizado por vários profissionais (e.g., professores, agentes das forças policiais), originando bons resultados no sucesso da redução da adoção posterior de comportamento antissocial (Augimeri, Walsh, Levene, Sewell, & Rajca, 2014). Em Portugal, as CPCJ's têm como objetivo a promoção dos direitos das crianças e jovens,

sendo que previnem ou colocam termo a situações suscetíveis de afetar o seu bem-estar e desenvolvimento (Carvalho, 2008). Estas instituições lidam com diversas problemáticas, tendo vindo a existir um aumento de casos sinalizados por comportamentos antissociais (Sistema de Segurança Interna, 2016). Deste modo, a utilização de um suporte específico que auxilie os profissionais na identificação de fatores de risco para o comportamento criminal futuro, como também a construção de planos de gestão de risco, pode ser benéfico para a redução da delinquência juvenil em Portugal (Bolero, 2010). Num estudo realizado com profissionais de CPCJ, os vários técnicos revelaram que uma das principais propostas para o futuro seria o desenvolvimento de ações de formação e o aumento de instrumentos de suporte técnico (Bolero, 2010).

Para além das potencialidades apontadas ao presente estudo, foram encontradas diversas limitações. Em primeiro lugar, foi utilizada uma metodologia retrospectiva, o que condicionou algumas análises estatísticas. O período *follow-up* reduzido e o facto de as ocorrências terem circunscrito às ocorrências inicialmente sinalizadas, também foram apontados como limitações, sendo que poderiam ter sido ultrapassadas se a recolha de dados tivesse sido realizada diferentemente (e.g., acesso às famílias). O facto de a amostra ter sido recolhida apenas numa CPCJ, devido a restrições de tempo, explica a sua reduzida dimensão. O facto de a análise da consistência interna ter sido apurada através do *alpha de cronbach*, poderá constituir uma outra limitação, atendendo a que os estudos internacionais procuram fazê-lo através da análise inter-juízes.

Como recomendações futuras, sugere-se que sejam realizados estudos que utilizem uma metodologia longitudinal prospetiva, na medida em que esta possibilitará alcançar outras dimensões, concretamente: estudar aspetos mais acentuados do comportamento antissocial em crianças com idades tão precoces e a alteração dos fatores de risco ao longo da vida dos indivíduos; compreender melhor a eficácia deste instrumento no que concerne ao

desenvolvimento de estratégias de gestão do risco, sendo que seria pertinente analisar posteriormente a eficácia destas intervenções e se as mesmas obtiveram um resultado bastante favorável na redução do comportamento delinquente e criminal futuro. No que respeita à precisão do instrumento, seria também pertinente a análises inter-juízes, ou seja, quando o instrumento em análise será cotado por dois ou mais técnicos. Seria também importante o alargamento da amostra, bem como a análise das ocorrências de comportamentos antissociais através de outras medidas (e.g., acesso às famílias). Será igualmente importante apostar no estudo de fatores de risco familiares, uma vez que neste estudo obtivemos resultados a esse respeito, reforçando que estes fatores de risco constituem preditores do comportamento antissocial. A realização deste tipo de estudos e a utilização de mais instrumentos de avaliação do risco poderão apoiar o desenvolvimento de novos programas e, no aumento de planos de identificação e gestão do risco para o comportamento criminal futuro, com o objetivo último de contribuir para uma diminuição do número de casos sinalizados por comportamentos antissociais.

## **Referências**

- Augimeri, L. (2005). *Aggressive and antisocial young children: Risk assessment and management utilizing the early assessment risk list for boys (EARL-20B)* (thesis of the degree of doctor). Ontario Institute of Studies in Education of the University of Toronto, Canada.
- Augimeri, L., Enebrink, P., Walsh, M., & Jiang, D. (2010). Gender-specific childhood risk assessment tools: Early assessment risk lists for boys (EARL-20B) and girls (EARL-21G). In R. K. Otto & K. S. Douglas (Eds), *Handbook of violence risk assessment* (pp. 43-62). Oxford, UK: Routledge, Taylor & Francis.
- Augimeri, L.K., Koegl, C.J., Levene, K.S., Webster, C.D. (2005). Early assessment risk lists for boys and girls. In T. Grisso, G. Vincent, & L. Seagrave (Eds.), *Mental health*

- screening and assessment in juvenile justice* (pp. 295 - 310). New York, NY: The Guilford Press.
- Augimeri, L., Koegl, C. J., Webster, C. D., & Levene, K. S. (2001). *Early assessment risk list for boys: EARL-20B, version 2*. Toronto, ON: Earls court Child and Family Centre.
- Augimeri, L. K., Pepler, D., Walsh, M. M., Jiang, D., & Dassinger, C. (2010). Aggressive and antisocial young children: Risk prediction, assessment and clinical risk management. *Program Evaluation Report submitted to The Provincial Centre of Excellence for Child and Youth Mental Health at CHEO*.
- Augimeri, L., Pepler, D., Walsh, M., & Kivlenieks, M. (2016). *Addressing children's disruptive behavior problems: A thirty-year journey with SNAP (stop now and plan)*. In P. Sturmey (2Eds.), *The Wiley Handbook of Violence and Aggression*.
- Augimeri, L., Walsh, M., Enebrink, P., & Jiang, D., Blackman, A., & Kanter, D. (2016). Gender-specific childhood risk assessment tools: Early assessment risk lists for boys (EARL-20B) and girls (EARL-21G). In R. K. Otto & K. S. Douglas (Eds), *Handbook of violence risk assessment* (pp. 43-62). Oxford, UK: Routledge, Taylor & Francis.
- Augimeri, L., Walsh, M., Levene, K., Sewell, K., & Rajca, E. (2014). Stop now and plan (SNAP) model. In *Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice* (Vol. 9, pp. 5053-5063). New York: Springer Science and Business Media.
- Augimeri, L. K., Walsh, M., Woods, S., & Jiang, D. (2012). Risk assessment and clinical risk management for young antisocial children: The forgotten group. *Universitas Psychologica, 11*(4), 1147-1156.
- Bardick, D. A., & Bernes, B. K. (2008). A framework for assessing violent behaviors in elementary school-age children. *Children and Schools, 30*(2), 83-91.
- Baker, K. (2016). Conduct disorders in children and adolescents. *Pediatrics and Health, 26*(12), 534-539.

- Bolero, H. (2010). Perigo e delinquência: Intervenção precoce e articulada entre sistemas. *Revista de Reinserção Social e Prova*, 7, 79-87.
- Borum, R. (2000). Assessing violence risk among youth. *Journal of Clinical Psychology*, 56(10), 1263-1288.
- Borum, R. (2003). Managing at-risk juvenile offenders in the community: Putting evidence based principles into practice. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 19(1), 114-137. doi: 10.1177/1043986202239745
- Braga, T., & Gonçalves, R. A. (2011). *Avaliação de jovens ofensores*. In M. Matos, R. A. Gonçalves & C. Machado (coords.), *Manual de Psicologia Forense: Contextos, práticas e desafios* (pp., 271-290). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Carvalho, S. A. (2008). *O processo judicial de promoção e proteção*. Minho: Verbo Jurídico.
- Catchpole, E. R., & Gretton, M. H. (2003). The predictive validity of risk assessment with violent young offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 30(6), 688-708. doi: 10.1177/0093854803256455
- Conner, G. M., (2014). The risk of violent and homicidal behavior in children. *Clinical and Medical Psychologist*, 55. Retirado de <http://www.oregoncounseling.org/ArticlesPapers/Documents/childviolence.htm>
- Cottle, C. C., Lee, J. R., & Heilbrun, K. (2001). The prediction of criminal recidivism in juveniles: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 28(3), 367-394.
- Douglas, K. (2014). Version 3 of the historical-clinical-risk management-20 (hcr-20v3): Relevance to violence risk assessment and management in forensic conditional release contexts. *Behavioral Sciences and the Law*, 32, 557-576. doi: 10.1002/bsl.2134
- Douglas, K., Ogloff, J., & Hart, S. (2003). Evaluation of a model of violence risk assessment among forensic psychiatric patients. *Psychiatric Services*, 54(10), 1372-1379.

- Dvoskin, J., & Heilbrun, K. (2001). Risk assessment and release decision-making: Toward resolving the great debate. *Journal American Academy of Psychiatry and the Law*, 29, 6-10.
- Enebrink, P. (2005). *Antisocial behavior in clinically referred boys: Early identification and assessment procedures in child psychiatry*. Stockholm, Sweden: Karolinska Institutet, NEUROTEC, Division of Forensic Psychiatry.
- Enebrink, P., Hogstrom, J., Forster, M., & Ghaderi, A. (2012). Internet-based parent management training: A randomized controlled study. *Behaviour Research and Therapy*, 50, 240-249. doi: 10.1016/j.brat.2012.01.006
- Enebrink, P., Langstrom, N., Hultén, A., & Gumpert, C. (2006). Swedish validation of the early assessment risk list for boys (EARL-20B) a decision aid for use with children presenting with conduct-disordered behaviour. *Nordic journal of Psychiatry*, 60(6) 438-446. doi: 10.1080/08039480601021795
- Farrington, P. D. (2000). Explain and preventing crime: The globalization of knowledge: The American society of criminology 1999 presidential address. *Criminology*, 38(1), 1-24.
- Farrington, D.P. (2003). Key results from the first forty years of the Cambridge Study in delinquent development. In T.P. Thornberry, & M.D. Krohn (Eds.), *Taking Stock of Delinquency: An overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, pp. 137-184. New York: Kluwer/Plenum.
- Farrington, P. D. (2005). Early identification and preventive intervention: how effective is this strategy?. *Cambridge University*, 4(2), 237-248.
- Fazel, S., Singh, J., Doll, H., & Grann, M. (2012). Use of risk assessment instruments to predict violence and antisocial behaviour in 73 samples involving 24827 people: systematic review and meta-analysis. *BMJ*, 345, 1-12. doi: 0.1136/bmj.e4692

- Fontaine, N., Carbonneau, R., Barker, D. E., Vitaro, F., Hébert, M., Côté, M. S., Nagin, S. D., Zoccolillo, M., & Tremblay, E. R. (2008). Girls' hyperactivity and physical aggression during childhood and adjustment problems in early adulthood. *Archives of General Psychiatry*, *65*(3), 320-328.
- Fonseca, C. A. (2002). *Comportamento anti-social e família: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, C. A. (2004). *Comportamento anti-social e crime*. Coimbra: Almedina.
- Gammelgard, M., Koivisto, A., Eronen, M., & Kaltiala-Heino, R. (2008). The predictive validity of the structured assessment of violence risk in youth (savry) among institutionalised adolescents. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, *19*(3), 352–370. doi: 10.1080/14789940802114475
- Goldstein, E. N., Serico, M. J., Romaine, L. C., Zelechowski, D. A., Kalbeitzner, R., Kemp, K., & Lane, C. (2013). Development of the juvenile justice anger management treatment for girls. *Cognitive and Behavioral Practice*, *20*, 171-188.
- Kazdin, A., & Buela-Casal, G. (2001). *Conduta anto-social: Avaliação, tratamento e prevenção na infância e na adolescência* (J. A. Lima, Trad.). Amadora: McGraw-Hill. (Obra original publicada em 1998).
- Khanna, D., Shaw, J., Dolan, M., & Lennox, C. (2014). Does diagnosis affect the predictive accuracy of risk assessment tools for juvenile offenders: Conduct disorder and attention deficit hyperactivity disorder. *Journal of Adolescence*, *37*, 1171-1179. doi: 10.1016/j.adolescence.2014.08.008
- Koegl, J. (2011). *High-risk antisocial children: Predicting future criminal and health outcomes* (Unpublished doctoral dissertation). University of Cambridge, UK.

- Koegl, C., Farrington, D., & Augimeri, K. L. (2009). Clinician perceptions of childhood risk factors for future antisocial behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 38*(4), 564-575. doi: 10.1080/15374410902976361
- Koegl, C., Webster, D. C., Michel, M., & Augimeri, K. L. (2000). Coding raw data: Toward understanding raw life. *Child & Youth Care Forum, 29*(4), 229-246.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS statistics*. Lisboa: ReportNumber.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM© SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios.
- Moffitt, T.E., Caspi, A., Harrington, H., & Milne, B.J. (2002). Males on the life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways: Followup at age 26 years. *Development and Psychopathology, 14*, 179–207.
- Mosteiro, C. O., Gómez-Fraguela, A. J., Boo, M. L., Fernández, S. J., & Martín, A. M. (2016). Psychopathic traits mediate the effects of neighbourhood risk on juvenile antisocial behavior. *Psicothema, 28*(4), 428-434. doi: 10.7334/psicothema2016.55
- Nader, K. (2012). *School rampage shootings and other youth disturbances: Early preventive interventions*. Routledge: New York.
- O'Shea, L., & Dickens, G. (2014). Short-term assessment of risk and treatability (start): Systematic review and meta-analysis. *Journal Psychological Assessment, 1-48*. doi: 10.1037/a0036794
- Pettit, S. G. (2004). Violent children in developmental perspective. *Department of Human Development and Family Studies, 13*(5), 195-197.
- Rappaport, N., & Thomas, C. (2004). Recent research findings on aggressive and violent behavior in youth: implications for clinical assessment and intervention. *Journal of Adolescent Health, 35*, 260-277. doi: 10.1016/j.jadohealth.2003.10.009

- Rennie, C., & Dolan, M. (2010). Predictive validity of the youth level of service/case management inventory in custody sample in England. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 21(3), 407–425. doi: 10.1080/14789940903452311
- Romão, F. A. (2013). *Indicadores de sucesso e insucesso das medidas tutelares educativas* (Tese de mestrado). Instituto Superior Ciências da Saúde Egas Moniz, Monte da Caparica.
- Ruiter, C., & Augimeri, K. L. (2012). Making delinquency prevention work with children and adolescents: From risk assessment to effective intervention. In C. Logan and L. Johnstone (Eds), *Managing Clinical Risk* (pp. 199-223). London: Routledge.
- Samek, R. D., Elkins, J. I., Keyes, A. M., Lacono, G. W., & McGue, M. (2015). High school sports involvement diminishes the association between childhood conduct disorder and adult antisocial behavior. *Journal of Adolescent Health*, 57, 107-112. doi: 10.1016/j.jadohealth.2015.03.009
- Sims, B., & Preston, P. (2006). *Handbook of juvenile justice: Theory and practice*. United States: Taylor & Francis.
- Sistema de Segurança Interna (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna*.
- Sydney, N. W. (2004). *Development of aggressive behaviour in children and young people implications for social policy, service provision, and further research*. Department of Community Services, New South Wales.
- Trentacosta, J. C., Hyde, W. L., Goodlett, D. B., & Shaw, S. D. (2013). Longitudinal prediction of disruptive behavior disorders in adolescent males from multiple risk domains. *Child Psychiatry Human Development*, 44, 561-572. doi: 10.1007/s10578-012-0349-3
- Viljoen, L. J., Cruise, R. K., Nicholls, L. T., Desmarais, L. S., & Webster, D. C. (2012). Taking stock and taking steps: The case for an adolescent version of the short-term

assessment of risk and treatability. *International Journal of Forensic Mental Health*, 11, 135-149. doi: 10.1080/14999013.2012.737406

Webster, C., Haque, Q., Augimeri, L., Brink, J., Cree, A., Desmarais, S., Gray, N., Johnstone, L., Martin, M., Nicholls, T., & Snowden, R. (2014). *Teaching and researching SPJ guides. Violence risk-assessment and management: Advances through structured professional judgement and sequential redirections*, second edition. Christopher D. Webster, Quazi Haque and Stephen J. Hucker.

## Conclusão Geral

O fenómeno da adoção de comportamentos antissociais em crianças dos seis aos onze anos tem vindo a alcançar alguma visibilidade na comunidade científica. Esta problemática tem apresentado algum destaque principalmente no estudo de fatores de risco associados ao comportamento delinvente e criminal futuro, numa faixa etária precoce (e.g., fatores individuais e familiares) (Catchpole & Gretton, 2003; Ruitter & Augimeri, 2012). É importante salientar que este elevado número de fatores de risco pode ser categorizado, tendo em conta as diferenças ao nível do sexo, pois existem fatores de risco específicos de cada sexo (Augimeri, Walsh, Woods, & Jiang, 2012). O estudo dos fatores de risco é bastante relevante para os profissionais que realizam o seu trabalho em prol do desenvolvimento e bem estar das crianças e jovens. Todavia, para que seja possível proceder-se a uma boa identificação dos fatores de risco, torna-se necessário recorrer a ferramentas capazes de identificar tais fatores, e que possam efetivamente auxiliar no desenvolvimento de intervenções, a fim de gerir e reduzir o risco existente (Enebrink, Langstrom, Hultén, & Gumpert, 2006; Webster, Haque, Augimeri, Brink, Cree, Desmarais, Gray, Johnstone, Martin, Nicholls, & Snowden, 2014). Inicialmente, o desenvolvimento destas ferramentas surgiu com o objetivo de estas serem administradas em populações com idades superiores (i.e., jovens e adultos), existindo uma ausência de instrumentos que fossem administrados em crianças (Viljoen, Cruise, Nicholls, Desmarais, & Webster, 2012). Neste sentido, foram desenvolvidos dois instrumentos capazes de identificar fatores de risco específicos de cada sexo, bem como auxiliar na gestão do risco (i.e., EARL-20B e EARL-21G) (Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michel, & Augimeri, 2000; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Webster, & Koegl, 2001). Dada a inexistência destas ferramentas no contexto português, achou-se pertinente a realização dos dois estudos supracitados.

A realização do primeiro estudo permitiu identificar os fatores de risco associados aos rapazes e raparigas com idades compreendidas entre os seis e os onze anos e que tivessem sido sinalizados à CPCJ por comportamentos antissociais. Por outro lado, este estudo também ajudou a compreender melhor o tipo de intervenções a serem realizadas aquando da presença destas crianças, refletindo sobre a existência de algumas diferenças, não só ao nível do sexo, mas também entre faixas etárias. Do mesmo modo, e a fim de ajudar na identificação destes fatores de risco, achou-se pertinente a realização de um pequeno estudo sobre a validação preditiva do EARL-20B. Com este estudo, concluiu-se que o instrumento referenciado apresentou uma boa consistência interna, permitindo assim demonstrar que o mesmo oferece fidedignas garantias relativamente à precisão da avaliação e que é uma *mais valia* para os profissionais que trabalham com crianças, entre estas faixas etárias e, que adotem comportamentos antissociais. Em Portugal, não existe um suporte específico que auxilie os mesmos na identificação de fatores de risco e desenvolvimento de intervenções capazes de identificar as crianças que irão continuar a adotar estes comportamentos, bem como na redução do nível de risco elevado.

Apesar das limitações encontradas no decorrer da elaboração dos estudos englobados nesta dissertação, os resultados dos mesmos devem de ser analisados cautelosa e rigorosamente, uma vez que poderão ajudar na construção de futuras investigações, nomeadamente, no que se refere aos comportamentos adotados por estas crianças. Neste sentido, alerta ainda para a importância do desenvolvimento de estudos longitudinais prospetivos, que permitam aprofundar mais esta problemática no contexto português.

## Referências

- Augimeri, L. K., Walsh, M., Woods, S., & Jiang, D. (2012). Risk assessment and clinical risk management for young antisocial children: The forgotten group. *Universitas Psychologica*, *11*(4), 1147-1156.
- Catchpole, E. R., & Gretton, M. H. (2003). The predictive validity of risk assessment with violent young offenders. *Criminal Justice and Behavior*, *30*(6), 688-708. doi: 10.1177/0093854803256455
- Enebrink, P., Langstrom, N., Hultén, A., & Gumpert, C. (2006). Swedish validation of the early assessment risk list for boys (EARL-20B) a decision aid for use with children presenting with conduct-disordered behaviour. *Nordic journal of Psychiatry*, *60*(6) 438-446. doi: 10.1080/08039480601021795
- Guy, L. (2008). *Performance indicators of the structured professional judgment approach for assessing risk for violence to others: A meta-analytic survey* (Unpublished doctoral dissertation). Simon Fraser University, Canada.
- Koegl, C., Farrington, D., & Augimeri, K. L. (2009). Clinician perceptions of childhood risk factors for future antisocial behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, *38*(4), 564-575. doi: 10.1080/15374410902976361
- Koegl, C., Webster, D. C., Michel, M., & Augimeri, K. L. (2000). Coding raw data: Toward understanding raw life. *Child & Youth Care Forum*, *29*(4), 229-246.
- Levene, K.S., Augimeri, L.K., Pepler, D.J., Walsh, M.M., Webster C.D., & Koegl, C.J. (2001). *Early assessment risk list for girls: EARL-21G, Version 1, Consultation Edition*. Toronto, ON: Earls court Child and Family Centre.
- Ruiter, C., & Augimeri, K. L. (2012). Making delinquency prevention work with children and adolescents: From risk assessment to effective intervention. In C. Logan and L. Johnstone (Eds), *Managing Clinical Risk* (pp. 199-223). London: Routledge.

Viljoen, L. J., Cruise, R. K., Nicholls, L. T., Desmarais, L. S., & Webster, D. C. (2012).

Taking stock and taking steps: The case for an adolescent version of the short-term assessment of risk and treatability. *International Journal of Forensic Mental Health*, *11*(3), 135-149. doi: 10.1080/14999013.2012.737406

Webster, C., Haque, Q., Augimeri, L., Brink, J., Cree, A., Desmarais, S., Gray, N., Johnstone,

L., Martin, M., Nicholls, T., & Snowden, R. (2014). *Teaching and researching SPJ guides. Violence risk-assessment and management: Advances through structured professional judgement and sequential redirections*, second edition. Christopher D. Webster, Quazi Haque and Stephen J. Hucker.

## **Anexos**

**Anexo A**  
**Protocolo de Investigação**

Protocolo de Investigação

***COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL EM  
CRIANÇAS DOS SEIS AOS ONZE ANOS:  
AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO***

Inês Coelho

Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime  
Universidade Fernando Pessoa  
Instituto Superior Ciências da Saúde Egas Moniz

Sob Orientação de Prof. Doutora Sónia Caridade e Prof. Doutora Ana Cristina Neves  
Universidade Fernando Pessoa  
Instituto Superior Ciências da Saúde Egas Moniz

## **1. Justificação do Projeto**

Este projeto de investigação recai sobre a avaliação de fatores de risco para o comportamento criminal futuro em crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos. Nos últimos anos, têm sido efetuadas diversas investigações acerca do início precoce de comportamentos disruptivos/antissociais e a sua contribuição para o risco de criminalidade futura. Deste modo, Enebrink e colaboradores (2006) referem que crianças com início precoce de comportamentos disruptivos têm maiores probabilidades de continuarem um estilo de vida criminal e violento, na adolescência e adultez (Enebrink, Langstrom, Hultén, & Gumpert, 2006). De acordo com Augimeri et al. (2012), jovens que estão em contacto com a justiça aos dezasseis anos de idade, começaram a ter problemas de comportamento menos graves aos seis anos, problemas moderadores aos nove anos e, posteriormente, problemas mais graves aos doze anos.

Assim, entre os seis e onze anos de idade, existe um conjunto de fatores de risco, isto é, características ou circunstâncias que estão associadas ao aumento da probabilidade do comportamento criminal e/ou violento futuro, nomeadamente, os atos delinquentes (Jiang, Walsh, & Augimeri, 2011), a agressividade (Enebrink, 2005), os problemas de externalização e internalização (Bardick & Bernes, 2008), o abuso de substâncias, o baixo estatuto socioeconómico, a existência de progenitores antissociais e conflitos familiares (Borum, 2000). Por outro lado, Bardick e Bernes (2008) referem que existem fatores de risco específicos de cada sexo, por exemplo, as raparigas apresentam taxas maiores de problemas escolares em comparação aos rapazes (Augimeri, Koegl, Levene, & Webster, 2005; Borum, 2000).

Contudo, Enebrink et al. (2006) referem que pode ser difícil identificar as crianças com comportamentos antissociais mais graves e as que têm maior probabilidade de continuarem com estes comportamentos. Para estes autores, esta dificuldade passa pela não utilização de

um suporte de decisão específico, que identifique e preveja tais problemas. Deste modo, e para que a posterior intervenção seja adequada, tem sido sugerido que a tomada de decisão sobre o comportamento disruptivo futuro, tenha por base não só a avaliação da gravidade do problema, mas também os fatores de risco e as necessidades associadas ao mesmo (Gammelgard, Koivisto, Eronen, & Kaltiala-Heino, 2008).

Na tentativa de identificar tais fatores e necessidades associados ao comportamento antissocial e para auxiliar, posteriormente, na construção de planos de gestão de risco adequados e eficazes, foram desenvolvidos pelo *Child Development Institute*, no Canadá, dois instrumentos – EARL-20B (*Early Assessment Risk List for Boys*) e EARL-21G (*Early Assessment Risk List for Girls*) - com o objetivo de auxiliar os profissionais a identificarem fatores de risco que contribuam para o desenvolvimento de comportamentos disruptivos no futuro e a planearem com mais precisão intervenções de modo a reduzir o risco de tais problemas, tendo por base as necessidades identificadas (Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michel, & Augimeri, 2000; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Koegl, & Webster, 2001).

Reconhecendo a importância da avaliação de risco de comportamentos disruptivos futuros em crianças dos seis aos onze anos, devidamente documentado na literatura da especialidade, com este estudo pretende-se estudar as propriedades psicométricas dos referidos instrumentos - EARL-20B e EARL-21G - numa amostra de crianças portuguesas referenciadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). De forma mais específica procurar-se-á: analisar a consistência interna e a validade preditiva dos referidos instrumentos; comparar a percentagem de crianças que tiveram comportamentos antissociais consoante o nível de risco; verificar se existe relação entre a idade e o nível de risco, entre o género e o nível de risco e, por último entre o motivo da sinalização e o nível de risco.

## **2. Método**

O presente estudo será quantitativo, correlacional, com recurso a medidas de heterorrelato. Recorrer-se-á ainda à técnica da consulta processual.

### **2.1. Participantes**

Para elaborar a presente investigação, é necessário definir a população e amostra em estudo, sendo que a primeira é referente a crianças que estejam referenciadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), com idades compreendidas entre os seis e os onze anos de idade. Com critérios de inclusão definiu-se o facto de as crianças terem sido sinalizadas à CPCJ por absentismo/abandono escolar, por comportamentos disruptivos e/ou por comportamentos que coloquem em risco o seu desenvolvimento e bem-estar, desde do ano de 2008 até 2015. Assim, a amostra será de conveniência, uma vez que é composta apenas por crianças com a faixa etária supracitada e que tenham tido processo de Promoção e Proteção na CPCJ. É importante salientar que a recolha de informação vai ser realizada a partir da consulta de processos de crianças com as características acima referidas, sendo que não será necessário o acesso às mesmas. Deste modo, a confidencialidade e o anonimato serão sempre garantidos.

## **3. Material**

Para a realização deste estudo, dados os seus propósitos, os instrumentos a utilizar serão: *Early Assessment List Risk for Boys* (EARL-20B) e *Early Assessment List Risk for Girls* (EARL-21B).

O EARL-20B e o EARL-21G foram desenvolvidos pelo *Child Development Institute*, no Canadá. Estes instrumentos têm como objetivo a avaliação de crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos em risco de se envolverem em comportamentos antissociais no futuro. Ao nível da sua estrutura, estes dividem-se em três secções: a) família; b) criança e, c) responsividade. A secção da família corresponde ao nível na qual a criança foi

apoiada, cuidada, supervisionada e educada. A secção da criança corresponde ao nível na qual a criança consegue ou não desempenhar o seu papel social e consegue ou não agir de forma responsável e sensível. Por último, a secção da responsividade diz respeito à capacidade que a criança e a sua família têm para se envolverem no tratamento e beneficiarem do mesmo (Augimeri, Enebrink, Walsh, & Jiang, 2010). Apesar dos dois instrumentos serem constituídos por estas três secções, existe diferenças ao nível dos fatores de risco. O EARL-20B é composto por vinte itens, sendo estes seis correspondentes à família (e.g., circunstâncias do agregado familiar; continuidade dos cuidadores; apoios; fatores de stress; estilo parental; valores e comportamento antissocial), doze correspondentes à criança (e.g., problemas de desenvolvimento; início das dificuldades comportamentais; abuso/negligência/trauma; hiperatividade/impulsividade/défice de atenção; aceitabilidade; socialização com os pares; desempenho académico; meio de residência; contacto com a autoridade; atitudes antissociais; comportamento antissocial; capacidade de *coping*) e dois correspondentes à responsividade (e.g. responsividade da família e responsividade da criança). O EARL-21G apresenta vinte e um itens, sendo que na secção da criança o fator de risco “contacto com a autoridade” foi substituído pelo “desenvolvimento sexual” (“*sexual development*”) e foi acrescentado um item à secção da família “interação entre cuidador e filha” (“*Care-giver daughter interaction*”). Relativamente à cotação dos instrumentos, cada item é cotado numa escala de três pontos (0- ausente; 1- possivelmente presente; 2- presente), obtendo o resultado sobre o nível de risco, podendo ser este baixo, moderado ou elevado. Deste modo, a cotação máxima do EARL-20B é de quarenta pontos e a do EARL-21G é de quarenta e dois pontos. Contudo, estes instrumentos têm por base um juízo profissional estruturado (SPJ), o que significa que apesar de se poder somar os itens, este somatório não prevalece na decisão final sobre o nível de risco, sendo que esta decisão tem por base o critério do avaliador (Augimeri, Walsh, Woods & Jiang, 2012; Koegl, Farrington, &

Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michael, & Augimeri, 2000). No que respeita à fiabilidade/precisão dos instrumentos, Augimeri e colaboradores (2010) referem que o EARL-20B apresenta resultados aceitáveis relativamente ao total dos itens ( $ICC = .82$ ) em comparação com outros instrumentos SPJ, nomeadamente, o SAVRY ( $ICC = .81$ ), o START ( $ICC = .87$ ) e o HCR-20 ( $ICC = .78$ ) (Augimeri et al., 2010). Relativamente à fiabilidade/precisão do EARL-21G, Levene e colaboradores (2004 citado por Augimeri et al., 2010) também obtiveram resultados aceitáveis, sendo que o *ICC (Intraclass Correlation Coefficients)* varia entre os .80 e os .92.

#### **4. Procedimentos**

Para a realização deste estudo, e tendo por base os objetivos acima referidos serão utilizados os instrumentos supracitados (EARL-20B e EARL-21G). Deste modo, primeiramente tornou-se necessário proceder solicitação de autorização às autoras dos instrumentos, tendo as mesmas concedido o seu uso (cf. Anexo I). Posteriormente, proceder-se-á aos procedimentos de tradução e retrotradução.

De seguida, o projeto de investigação será remetido para a Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, sendo que também foi solicitada autorização à CPCJ do Barreiro (cf. Anexo II), a fim de dar início à consulta de processos (cf. Anexo II). A recolha de informação será efetuada somente a partir da consulta dos processos, não sendo necessário o contacto presencial com as crianças. De igual modo, procurar-se-á garantir a total confidencialidade e o anonimato das crianças, ou outras pessoas, visadas nos processos, não se recolhendo qualquer tipo de dados que possam de alguma forma identificar as crianças. Após a recolha de toda a informação proceder-se-á à consulta dos processos, tendo por base os critérios definidos, de forma a possibilitar o preenchimento dos instrumentos, de modo a dar início ao estudo de validação.

## 5. Análise de dados

O tratamento estatístico dos dados será realizado por computador, através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 21 para *Windows*.

## 6. Calendarização

Calendarização					
Meses do ano	Revisão da literatura	Preparação do material	Recolha de dados	Tratamento dos dados	Conclusão discussão
Outubro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		
Novembro	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		
Dezembro	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		
Janeiro	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		
Fevereiro	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		
Março	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		
Abril	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Maio			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Junho				<input type="radio"/>	
Julho				<input type="radio"/>	
Setembro					<input type="radio"/>
Outubro					<input type="radio"/>
Novembro					<input type="radio"/>

## 7. Referências Bibliográficas

Augimeri, L. K., Enebrink, P., Walsh, M., & Jiang, D. (2010). Gender-specific childhood risk assessment tools. *Handbook of violence risk assessment*, 43-58.

Augimeri, L.K., Koegl, C.J., Levene, K.S., & Webster, C.D. (2005). Early assessment risk lists for boys and girls. In T. Grisso, G. Vicent & D. Seagrave, *Mental Health Screening and Assessment in Juvenile Justice*, pp. 295-310. New York: Guilford.

- Augimeri, L., Walsh, M., Woods, S., & Jiang, D. (2012). Risk assessment and clinical risk management for young antisocial children: The forgotten group. *Universitas Psychologica, 11*(4), 1147-1156.
- Bardick, A.D., & Bernes, K.B. (2008). A framework for assessing violent behaviors in elementary school-age children. *Children & Schools, 30*(2), 83 - 91.
- Borum, R. (2000). Assessing violence risk among youth. *Journal of Clinical Psychology, 56*(10), 1263-1288.
- Enebrink, P. (2005). *Antisocial behaviour in clinically referred boys: Early identification and assessment procedures in child psychiatry*. Stockholm: Karolinska Institutet, NEUROTEC, Division of Forensic Psychiatry.
- Enebrink, P., Langstrom, N., Hultén, A., & Gumpert, H. C. (2006). Swedish validation of the Early Assessment Risk List for Boys (EARL-20B), a decision aid for use with children presenting with conduct-disordered behaviour. *Nord Journal Psychiatry, 60*(6), 438-446. doi: 10.1080/08039480601021795
- Gammelgard, M. Koivisto, M. A., Eronen, M., & Kaltiala-Heino, R. (2008). The predictive validity of the Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY) among institutionalised adolescents. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 19*(3), 252-370. doi: 10.1080/14789940802114475
- Jiang, D., Walsh, M., & Augimeri, K. L. (2011). The linkage between childhood bullying behaviour and future offending. *Criminal Behaviour and Mental Health, 21*, 128-135. doi: 10.1002/cbm.803
- Koegl, C., Webster, D. C., Michael, M., & Augimeri, K. L. (2000). Coding raw data: Toward understanding raw life. *Child & Youth Care Forum, 29*(4), 229-246.

Koegl, C., Farrington, D., & Augimeri, K. L. (2009). Clinician perceptions of childhood risk factors for future antisocial behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 28*(4), 564-575. doi: 10.1080/15374410902976361

Levene, K.S., Augimeri, L.K., Pepler, D.J., Walsh, M.M., Koegl, C.J., & Webster C.D. (2001). *Early assessment risk list for girls: EARL-21G, Version 1, Consultation Edition*. Toronto, ON: Earls court Child and Family Centre.